

RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
JANEIRO a JUNHO/2022



Sumário

I. 2

II. 4

III. 8

IV. 10

V. **Erro! Indicador não definido.**

VII. **Erro! Indicador não definido.**

VIII. 23

IX. 30

X. **Erro! Indicador não definido.**

XI. **Erro! Indicador não definido.**

XII. 55

XIII. 57

XIV. Glossário de Termos:

36



I. Introdução

A Resolução nº 13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 01 de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar – EFPC.

Neste contexto, o artigo 19 da Resolução CGPC 13/2004, dispõe:

"Da Manifestação do Conselho Fiscal

Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:

I - As conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;

II - As recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único. As conclusões, recomendações, análises e manifestações referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo:

I - Devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do conselho deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas; (resultados das auditorias necessitam ser apresentados conforme essa determinação).

"II - Devem permanecer na EFPC, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, pelo prazo mínimo de cinco anos."

Adicionalmente, o artigo 7º da referida Resolução dispõe:

Art. 7º. "A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão".

Nesse sentido, o sistema de controles internos é fundamental para assegurar a integridade dos relatórios contábeis, financeiros e operacionais nas tomadas de decisão. Desta forma, observadas as premissas expressas na Resolução CGPC no 13/2004, o Conselho Fiscal da Eletros aborda os resultados pertinentes primeiro semestre do ano de 2022 considerando, inclusive, as ações emanadas e sugeridas por esse CFE, as quais foram discutidas e analisadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas durante o período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2022, e que constam nas referidas atas de reunião, de modo a assegurar o cumprimento de seus objetivos.



II. Acompanhamento da Regularidade da Habilitação, Certificação, e Qualificação para o exercício de cargos ou funções na ELETROS

À luz da Resolução CNPC nº 39, de 30 de abril de 2021, Certificação é o processo realizado por entidade certificadora autônoma reconhecida pela PREVIC para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função. Já a Habilitação é o processo realizado, única e exclusivamente, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Neste sentido, a Instrução nº 41, de 03 de agosto de 2021, determina que as EFPC não classificadas como ESI, como é o caso da Eletros, deverão enviar a documentação relativa aos membros do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo somente quando solicitada pela PREVIC, e observa que a ausência de Atestado de Habilitação não exime o cumprimento de todos os requisitos mínimos legalmente previstos, cabendo ao Presidente ou ao ocupante de cargo equivalente da Diretoria Executiva da entidade garantir permanentemente o fiel cumprimento dos requisitos de todos os dirigentes e a guarda da documentação comprobatória. Cabe ainda, neste contexto, conceituar que a qualificação é o processo continuado pelo qual o dirigente ou profissional envolvido na gestão dos planos de benefícios aprimoram seus conhecimentos e sua capacitação para o exercício de suas atribuições na entidade.

A EFPC deverá manter permanentemente atualizadas, no Cadastro Nacional de Dirigentes – CAND, as informações dos ocupantes de cargos nos conselhos deliberativo e fiscal identificando aqueles que possuem ou não certificação, o tipo de certificado e a data de validade, pois permite a PREVIC observar a quantidade de dirigentes com certificação para fins da Supervisão Baseada em Riscos – SBR.

Destaca-se que a Certificação é um dos requisitos mínimos para a habilitação de forma a permitir a posse e o Deverem exercício do cargo nos conselhos deliberativo e fiscal; na diretoria executiva e comitês de assessoramento que atuem na avaliação e aprovação dos investimentos. Para ocupação destes cargos, caso não tenha certificação prévia, a pessoa ter prazo de um ano, a contar da data da posse, para obter a certificação, exceto o administrador estatutário tecnicamente qualificado e demais empregados da entidade diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos, que deverão estar certificados previamente ao exercício dos respectivos cargos.

Com base neste escopo, foi verificado o acompanhamento realizado pela Gerência Administrativa – PRA, e revisada pela Secretaria de Governança do Conselho Deliberativo, para o controle das Habilitações dos membros dos conselhos fiscal e deliberativo; da diretoria executiva e membros dos comitês que atuam diretamente na aplicação dos recursos garantidores dos planos, bem como os esforços envidados para manutenção de seus certificados, uma vez que estes impactam diretamente nos parâmetros de riscos da Eletros junto à PREVIC.

O quadro abaixo evidencia o acompanhamento das certificações Eletros – 2022 apresenta o mandato e conseqüente posição da Habilitação, bem como a Certificação dos membros dos órgãos estatutários e do Comitê de Investimentos.





CERTIFICAÇÕES ELETROS - 2022									
NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE DA CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC OU CURSO ATUALIZAÇÃO/PREENCHIMENTO	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO	NOVA REGRA PEC
DIRETORIA DA ELETROS									
Padro Paulo da Costa	Presidente	ICSS	03/08/20	03/08/23	02/08/23	11/11/22	11/11/25	ago/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Carlos Eduardo Brasil Pereira	Diretor de Benefícios Previdenciários	ICSS	30/11/22	30/11/25	29/11/22	13/01/20	12/01/23	jan/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Max Leandro Ferreira Tavares	Diretor Financeiro	ICSS	01/01/20	01/01/23	31/12/22	21/01/20	20/01/23	jan/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
CONSELHO DELIBERATIVO									
Jailton José Medeiros Alves	Conselheiro Deliberativo Eletivo	ICSS	27/03/21	27/03/24	26/03/23	01/10/19	30/06/23	Março/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Thaídeu Figueiredo Rocha	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	07/04/21	07/04/24	06/04/23	01/11/19	30/06/23	Abril/22	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Isak Bottlingham Steiner	Conselheiro Deliberativo Eletivo	ICSS	18/11/22	18/11/25	17/11/23	06/09/19	30/06/23	Novembro/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Homero Gonçalves de Andrade	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	27/11/20	27/11/23	26/11/22	06/09/19	30/06/23	Novembro/22	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
José Luiz Gusmano Maglievich Ledat	Conselheiro Deliberativo Eletivo	ICSS (Capacitação)	26/09/22	26/09/25	26/09/23	06/09/19	30/06/23	set/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Luiz Carlos de Oliveira Costa	Conselheiro Deliberativo Eletivo	ICSS (Prova online)	26/11/21	26/11/24	25/11/22	01/12/20	30/11/24	Novembro/22	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Silviana Estela Leite Couto	Conselheira Deliberativa Suplente	ICSS (Prova online)	03/03/22	03/03/25	02/03/23	01/12/20	30/11/24	-	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Márcio Kennedy de Almeida	Conselheiro Deliberativo Eletivo	ICSS	15/06/21	15/06/24	14/06/23	01/12/20	30/11/24	Junho/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Gustavo Botrel Coutinho de Melo	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	27/02/21	27/02/24	26/02/23	01/12/20	30/11/24	Fevereiro/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Rodrigo Elias Ramires	Conselheiro Deliberativo Eletivo	ICSS (Capacitação)	20/08/20	20/08/23	19/08/22	01/12/20	30/11/24	Dez/22 (declaração somente em Dez/22/23 e 30/11/22)	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Álvaro Pintos Fonseca Neto	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS (Prova)	24/11/21	24/11/24	23/11/22	01/12/20	30/11/24	-	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
CONSELHO FISCAL									
Ailton Andrade	Presidente Conselho Fiscal Eletivo	ICSS	01/10/20	01/10/23	30/09/22	29/08/19	30/06/23	set/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Dan Abensur Gandelman	Conselheiro Fiscal Eletivo	CPA-20/AMBIMA	28/10/20	28/10/23	28/04/23	29/08/19	30/06/23	-	6 meses antes de vencer, deverá fazer o curso de atualização e ser aprovado, ou seja 28/04/23 (agendado)
José Vicente Araújo Torres	Conselheiro Fiscal Eletivo	ICSS	22/12/20	22/12/23	21/12/22	05/12/19	30/06/23	dez/22	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Alexsandra Lenzo de Souza	Conselheira Fiscal Eletiva	ICSS	18/11/21	18/11/24	17/11/22	01/12/20	30/11/24	nov/22	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
William Manoel Souza	Conselheiro Fiscal Suplente	ICSS (Prova)	25/11/21	25/11/24	24/11/22	01/12/20	30/11/24	nov/22	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Elizabeth Milante Ribeiro (*)	Conselheira Fiscal Eletiva	ICSS	31/01/22	31/01/25	30/01/23	19/12/20	30/11/24	jan/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
ELETROS									
Bruno Sardinha Lopes	Gerente	MBA	03/02/22	03/02/25	01/12/24	-	-	-	100 pontos 3 anos/dos pontos computados 70% deverão estar enquadrados especificamente na área atuarial, previdenciária, securitária e de saúde)
Felipe Correa Teixeira	Analista de Investimento	CPA-20/AMBIMA	18/11/20	18/11/23	18/04/23	-	-	-	6 meses antes de vencer, deverá fazer o curso e ser aprovado, ou seja 18/04/23 (agendado)
Rafael Guilherme F. N. Pinto	Gerente	ICSS	18/12/19	18/12/22	18/12/22	-	-	-	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Marcelo Gouveia	Especialista	APIMEC	-	04/10/27	-	-	-	Declaração Apimec anualmente	Os créditos devem ser acumulados durante 5 (cinco) anos imediatamente anteriores à data do vencimento, sendo que pelo menos 50% dos créditos devem ser nos últimos 2 (dois) anos anteriores a data final da comprovação dos créditos
Atualizado em 27/11/23									

* Para os conselheiros que optaram por fazer o controle do PEC, enviado a cada dois meses os extratos com o cumprimento do PEC.



ACOMPANHAMENTO DAS CERTIFICAÇÕES ELETROS - 2022									
CONSELHO DELIBERATIVO									
CONSELHEIRO(A)	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CREDITOS	CREDITOS PENDENTES	DATA LIMITE PARA CUMPRIR	DESCRIÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO	Pontuação pendente	Observação
Elaine Mendes Seneza Neto (Suplente)	11,00	0,00	0,00	11,00	11	21/11/22	Deixou de exercer a função em 21/11/2022 e os 11 pontos em curso foram cumpridos.		Plataforma PEC da modalidade em linha de PEC ainda está em desenvolvimento, devemos aguardar para o lançamento dos eventos.
João Carlos de Oliveira Costa (Eletivo)	9,00	0,00	0,00	9,00	9	25/11/22	Agendamento pontuação do Curso de Reciclagem Profissional (90 pontos) e do 4º Congresso Anual de Previdência Privada (18 pontos) (2 eventos). Decisão de 04 e ser emitida posteriormente, que soma 18 pontos.		Plataforma PEC da modalidade em linha de PEC ainda está em desenvolvimento, devemos aguardar para o lançamento dos eventos.
Rômulo Gonçalves de Andrade (Suplente)	44,00	12,00	0,00	56,00	12	26/11/22	Deixou de exercer a função em 26/11/2022 e os 12 pontos restantes, que somam 12 pontos restantes.		
Castro Rafael Cardozo de Melo (Suplente)	36,00	6,00	0,00	36,00	6	26/07/21	Fez o curso de 60 pontos para o Curso de Reciclagem Profissional (60 pontos) em 26/07/21.		
Cleusa Estela Leite Costa (Suplente)	6,00	0,00	0,00	6,00	6	08/05/21	Fez o curso de 60 pontos para o Curso de Reciclagem Profissional (60 pontos) em 08/05/21.		Plataforma PEC da modalidade em linha de PEC ainda está em desenvolvimento, devemos aguardar para o lançamento dos eventos.
Juliano José Medeiros Alves (Eletivo)	42,00	24,00	0,00	66,00	0	26/07/21	Agendamento pontuação do 4º Congresso de Previdência Privada (18 pontos) em 26/07/21.		
Thaís Figueiredo Rocha (Suplente)	6,00	6,00	0,00	6,00	-16	06/04/21	Fez um curso de 40 pontos para o Curso de Reciclagem Profissional (40 pontos) em 06/04/21.		Iniciamos reunião junto à Plataforma Transformar e vamos montar, desde ao tempo realizado, a Plataforma pontuação. Ela está em andamento.
Márcio Kennedy de Almeida (Eletivo)	66,00	12,00	0,00	78,00	24	13/06/21	Agendamento pontuação do 4º Congresso de Previdência Privada (18 pontos) e do 2º Curso realizado junto ao OCEM que somam, além de outros Cursos anteriores.		
Rodrigo Dias Raminos (Eletivo)	30,00	12,00	0,00	42,00	18	18/06/21	Agendamento pontuação em 06/02/21 e 06/11/2021.		
João Luiz G. Migliorini Leda (Eletivo)	6,00	0,00	0,00	6,00	24	21/09/21	Agendamento pontuação do 4º Congresso de Previdência Privada (18 pontos) em 21/09/21.		
Luiz Wellington Steiner (Eletivo)	0,00	0,00	0,00	0,00	0	13/11/21	Agendamento pontuação em 13/11/2021 com validade até 02/11/2022.		
ACOMPANHAMENTO DAS CERTIFICAÇÕES ELETROS - 2022									
CONSELHO FISCAL									
CONSELHEIRO(A)	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CREDITOS	CREDITOS PENDENTES	DATA LIMITE PARA CUMPRIR	DESCRIÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO	Pontuação pendente	Observação
Alexandre Lemos de Souza (Eletivo)	22,00	0,00	0,00	22,00	2,00	17/11/22	Deixou de exercer a função em 17/11/2022 e os 2 pontos em curso foram cumpridos.		Em análise junto ao ICS e Evento Semana de Integridade e Compliance de ELETROS para serem cumpridos em 17/11/22.
William Manoel Souza (Suplente)	0,00	0,00	0,00	0,00	28	24/11/22	Agendamento pontuação do Curso de Reciclagem Profissional (90 pontos) e do 4º Congresso Anual de Previdência Privada (18 pontos) (2 eventos) em 24/11/22.		Plataforma PEC da modalidade em linha de PEC ainda está em desenvolvimento, devemos aguardar para o lançamento dos eventos.
João Vinício Amorim Torres (Eletivo)	48,00	0,00	0,00	48,00	-	23/10/22	Deixou de exercer a função em 23/10/2022 e os 48 pontos restantes, que somam 48 pontos restantes.		Agendamento pontuação do 4º Congresso de Previdência Privada (18 pontos) em 23/10/2022 e os 30 pontos restantes, que somam 30 pontos restantes.
Elizabeth Miliano Ribeiro (Eletiva)	54,00	0,00	0,00	54,00	30	30/01/23	Deixou de exercer a função em 30/01/2023 e os 30 pontos restantes, que somam 30 pontos restantes.		Agendamento pontuação do 4º Congresso de Previdência Privada (18 pontos) em 30/01/2023 e os 16 pontos restantes, que somam 16 pontos restantes.
Ivan Ribeiro Gadelman (Eletivo)	-	-	-	-	-	22/04/23	Deixou de exercer a função em 22/04/2023 e os 0 pontos restantes, que somam 0 pontos restantes.		Participou de Seminários Conselhos Fiscal e Deliberativo, ARB/Artes / Responsabilidades na aprovação das Demonstrações Contábeis de 2021 (4 eventos) em 22/04/23.
Alceu Andrade (Eletivo)	61,20	46,80	0,00	108,00	24	30/09/23	Deixou de exercer a função em 30/09/2023 e os 24 pontos restantes, que somam 24 pontos restantes.		Agendamento pontuação do 4º Congresso Abrapa (18 pontos) em 30/09/23.
ACOMPANHAMENTO DAS CERTIFICAÇÕES ELETROS - 2022									
ELETROS									
CONSELHEIRO(A)	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CREDITOS	CREDITOS PENDENTES	DATA LIMITE PARA CUMPRIR	DESCRIÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO	Pontuação pendente	Observação
Pedro Paulo da Cunha	101,60	46,80	0,00	148,40	24	03/06/23	Deixou de exercer a função em 03/06/2023 e os 24 pontos restantes, que somam 24 pontos restantes.		Agendamento pontuação do 4º Congresso Abrapa (18 pontos) em 03/06/23.
Carlos Eduardo Brasil Pereira	0,00	0,00	0,00	0,00	24	25/11/22	Deixou de exercer a função em 25/11/2022 e os 24 pontos restantes, que somam 24 pontos restantes.		A renovação da certificação foi realizada. Foram solicitados novos certificados já emitidos com validade até 02/11/2022.
Max Leandro Ferreira Tavares	62,20	64,00	42,00	178,20	24	05/01/23	Deixou de exercer a função em 05/01/2023 e os 24 pontos restantes, que somam 24 pontos restantes.		Agendamento e prazo para realizar a renovação da certificação.
Luiza Santinha Lopes	4	4	4	16	03/02/23	03/02/23	Deixou de exercer a função em 03/02/2023 e os 16 pontos restantes, que somam 16 pontos restantes.		MBA - 100 pontos. 3 anos (300 pontos) completos. 70% deverão estar enquadrados especificamente na área ambiental, previdenciária, securitária e de saúde.
Elpide Correa Teixeira	-	-	-	-	18/04/23	Atualização	Deixou de exercer a função em 18/04/2023 e os 18 pontos restantes, que somam 18 pontos restantes.		Ativação de curso, deverá estar concluído e ser aprovado, no caso (ARB/CS) (ARB/CS).
Luiz Guilherme F. M. Pôrto	46,80	56,00	26,00	128,80	24	10/11/22	Deixou de exercer a função em 10/11/2022 e os 24 pontos restantes, que somam 24 pontos restantes.		Agendamento e prazo para realizar a renovação da certificação.
Manoel F. Sousa	0,00	0,00	0,00	0,00	6	04/08/21	Deixou de exercer a função em 04/08/2021 e os 6 pontos restantes, que somam 6 pontos restantes.		APIMEC - 40 HORAS - 5 anos (200 pontos) em cursos (2 anos).

A pontuação dos Conselheiros, Diretores e empregados que integram o Comitê Gestor de Carteiras – CGC é acompanhada pelas áreas responsáveis de forma periódica, dentro dos prazos e, quando necessária complementação da pontuação, são indicados cursos e eventos para manutenção da certificação, visando enriquecer a qualificação profissional. Destaca-se que, no caso de o profissional não ter renovado seu certificado por meio do Programa de Educação Continuada – PEC, a nova habilitação somente será reconhecida a partir de certificação obtida mediante aprovação em exames por provas. ou por provas e títulos.

Ainda com base na informação da Secretaria de Governança do Conselho Deliberativo, as obrigações relativas ao envio e/ou atualização de informações de governança e dados estatísticos à PREVIC, relativos aos Conselheiros e Dirigentes, estão cadastrados tempestivamente no sistema de Cadastro Nacional de Dirigentes – CAND junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, em atendimento à obrigação legal realizada pela área.



CERTIFICAÇÕES ELETROS - 2022									
NOVE	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC OU CURSO ATUALIZAÇÃO/PROVA (NO CASO ANBIMA)	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO	NOVA REGRA PEC
DIRETORIA DA ELETROS									
Pedro Paulo da Cunha	Presidente	ICSS	03/08/20	03/08/23	02/08/23	11/11/22	11/11/25	ago/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Carlos Eduardo Brasil Pereira	Diretor de Benefícios Previdenciários	ICSS	30/11/22	30/11/25	29/11/22	13/01/20	12/01/23	jan/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Max Leandro Ferreira Tavares	Diretor Financeiro	ICSS	01/01/20	01/01/23	31/12/22	21/01/20	20/01/23	jan/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
CONSELHO DELIBERATIVO									
Jailson José Medeiros Alves	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	27/03/21	27/03/24	26/03/23	01/10/19	30/06/23	Março/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Thadeu Figueiredo Rocha	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	07/04/21	07/04/24	06/04/23	01/11/19	30/06/23	Abril/22	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Jack Nottingham Steiner	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	18/11/22	18/11/25	17/11/23	06/09/19	30/06/23	Novembro/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Homero Gonçalves de Andrade	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	27/11/20	27/11/23	26/11/22	06/09/19	30/06/23	Novembro/22	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
José Luiz Grunewald Mijevich Leduc	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS (Capacitação)	26/09/22	26/09/25	26/09/23	06/09/19	30/06/23	set/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Luiz Carlos de Oliveira Costa	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS (Prova online)	26/11/21	26/11/24	25/11/22	01/12/20	30/11/24	Novembro/22	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Gilmara Estela Leite Couto	Conselheira Deliberativa Suplente	ICSS (Prova online)	03/03/22	03/03/25	02/03/23	01/12/20	30/11/24	-	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Márcio Kennedy de Almeida	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	15/06/21	15/06/24	14/06/23	01/12/20	30/11/24	Junho/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Gustavo Botrel Coutinho de Melo	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	27/02/21	27/02/24	26/02/23	01/12/20	30/11/24	Fevereiro/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Rodrigo Dias Ramires	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS (Capacitação)	20/08/20	20/08/23	19/08/22	01/12/20	30/11/24	Dez/22 (declaração somente em Dez 01/12/21 a 30/11/22)	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Álvaro Pintos Fonseca Neto	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS (Prova)	24/11/21	24/11/24	23/11/22	01/12/20	30/11/24	-	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.

CONSELHO FISCAL									
Ailton Andrade	Presidente Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS	01/10/20	01/10/23	30/09/22	29/08/19	30/06/23	set/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Dan Abensur Gandelman	Conselheiro Fiscal Efetivo	CPA-20AMBIMA	28/10/20	28/10/23	28/04/23	29/08/19	30/06/23	-	6 meses antes de vencer, deverá fazer o curso de atualização e ser aprovado, ou seja 28/04/23 (agendado)
João Vicente Amato Torres	Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS	22/12/20	22/12/23	21/12/22	05/12/19	30/06/23	dez/22	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Alessandra Lemos de Souza	Conselheira Fiscal Efetiva	ICSS	18/11/21	18/11/24	17/11/22	01/12/20	30/11/24	nov/22	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
William Manoel Souza	Conselheiro Fiscal Suplente	ICSS (Prova)	25/11/21	25/11/24	24/11/22	01/12/20	30/11/24	nov/22	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Elizabeth Miliane Ribeiro	Conselheira Fiscal Efetiva	ICSS (*Não temos a senha para realizar o acompanhamento)	31/01/22	31/01/25	30/01/23	19/12/20	30/11/24	jan/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
ELETROS									
Bruno Sardinha Lopes	Gerente	MBA	03/02/22	03/02/25	03/12/24				100 pontos 3 anos (dos pontos computados 70% deverão estar enquadrados especificamente na área atuarial, previdenciária, securitária e de saúde).
Felipe Correa Teixeira	Analista de investimento	CPA-20AMBIMA	18/11/20	18/11/23	18/04/23	-	-	-	6 meses antes de vencer, deverá fazer o curso e ser aprovado, ou seja 18/04/23 (agendado)
Luiz Guilherme F. N. Pinto	Gerente	ICSS	18/12/19	18/12/22	18/12/22	-	-		Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Marcelo Gouveia	Especialista	APIMEC		04/10/27	-	-	-	Declaração Apimec anualmente	Os créditos devem ser acumulados durante 5 (cinco) anos imediatamente anteriores à data do vencimento, sendo que pelo menos 50% dos créditos devem ser nos últimos 2 (dois) anos anteriores a data final da comprovação dos créditos
Atualizado em 22/11/22									

Após verificações realizadas no período de 01 de janeiro de 2022 a 30 de junho de 2022, o Conselho Fiscal da Eletros concluiu que os integrantes dos conselhos fiscal e deliberativo; da diretoria executiva e do comitê de investimentos estão regulares de acordo com os ditames legais vigentes.

III. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.

Em 17/12/2021, o Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, na 459ª reunião do Colegiado, aprovou a Política de Investimento de todos os Planos de Benefícios administrados pela Eletros para o período de 2022 a 2026.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º e 7º andar

Rio de Janeiro - Brasil - CEP: 20050-092

Tel: (21) 2179 - 4700 - www.ELETROS.com.br

Observação: O documento original assinado está arquivado na Eletros.



Cabe registrar que a Política tem como objetivo estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, bem como dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

Compete ao Conselho Fiscal, dentre outras responsabilidades, verificar que a aplicação dos recursos está sendo executada de acordo com os objetivos planejados e aprovados. Neste sentido, o CFE, por meio das Atas da Diretoria e seus anexos, verificou que os critérios e procedimentos vêm sendo executados e foram acompanhados pela Diretoria Executiva por meio de Relatórios de Riscos de Investimentos.

No que diz respeito à aderência da alocação à política de investimentos referente ao primeiro semestre de 2022, considerando as informações disponibilizadas para o CFE, constata-se que a ELETROS vem mantendo a gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios por ela administrados em conformidade com as diretrizes da Política de Investimento vigente, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Segmentos	Plano BD	Jun-22	Plano CD Puro	Jun-22	Plano CD Saldado	Jun-22	Plano CD I	Jun-22
	PI		PI		PI		PI	
Renda Fixa	29,00% a 92,00%	57.38%	26,00% a 89,00%	68.17%	24,00% a 94,00%	55.57%	29,00% a 92,00%	61.74%
Renda Variável	5,00% a 35,00%	25.79%	10,00% a 40,00%	21.17%	5,00% a 40,00%	29.00%	5,00% a 35,00%	24.07%
Imóveis	0,00% a 13,00%	9.39%	0,00% a 6,00%	3.07%	0,00% a 8,00%	5.64%	0,00% a 13,00%	6.87%
Empréstimos	3,00% a 8,00%	4.00%	1,00% a 8,00%	1.92%	1,00% a 8,00%	2.74%	3,00% a 8,00%	3.11%
Estruturados	0,00% a 10,00%	3.45%	0,00% a 10,00%	5.67%	0,00% a 10,00%	7.04%	0,00% a 10,00%	4.21%
Exterior	0,00% a 10,00%	0.00%	0,00% a 10,00%	0.00%	0,00% a 10,00%	0.00%	0,00% a 10,00%	0.00%

Segmentos	Plano CV ONS	Jun-22	Plano EPE	Jun-22	Plano PGA	Jun-22
	PI		PI		PI	
Renda Fixa	27,00% a 89,00%	68.34%	27,00% a 90,00%	67.95%	0,00% a 100,00%	100.00%
Renda Variável	10,00% a 40,00%	24.13%	10,00% a 40,00%	24.59%	---	---
Imóveis	---	---	---	---	---	---
Estruturados	0,00% a 10,00%	1.65%	0,00% a 10,00%	1.83%	---	---
Empréstimos	1,00% a 8,00%	5.88%	0,00% a 8,00%	5.63%	---	---
Exterior	0,00% a 10,00%	0.00%	0,00% a 10,00%	0.00%	---	---

Fonte: Eletros-Planilha a partir o Relatório de Investimento de Junho/2022

Conforme observado, verifica-se que os limites (inferiores e superiores) da Política de Investimentos, de todas as categorias de investimentos, em todos os Planos, foram respeitados no primeiro semestre do ano de 2022.



IV. Rentabilidade dos Investimentos

Durante o primeiro semestre de 2022, o Conselho Fiscal verificou os resultados de rentabilidade dos investimentos de cada Plano de Benefício. Adicionalmente, o CFE, tendo acesso as Atas do Comitê Estratégico de Investimentos - CEI e do Comitê Gestor de Carteiras -CGC, observou que periodicamente as equipes da ELETROS e/ou consultorias independentes, elaboram documentos sobre rentabilidade dos ativos administrados pela Entidade. Os documentos produzidos são analisados pelo Conselho Fiscal permitindo a verificação dos rendimentos alcançados por cada Plano de Benefício e por perfil de investimento, bem como questões relativas a aspectos que impactam nos rendimentos realizados, considerando cenários nacional e internacional.

Conforme consta do Relatório de Aderência à Política de Investimentos 1o semestre de 2022, elaborado pela Eletros/PRG, a tabela a seguir representa a rentabilidade obtida em cada um dos Planos, comparada com a respectiva meta atuarial ou índice de referência.

Plano	Prevista*	Realizada	Meta Atuarial ou Índice** de Referência***
BD Eletrobrás	4.90%	3.12%	8.08%
CD Eletrobrás Puro	5.05%	1.57%	7.92%
CD Eletrobrás Saldado	5.05%	0.06%	7.92%
CD I	4.90%	3.11%	8.08%
CV ONS	5.05%	1.40%	7.92%
EPE	5.05%	1.56%	7.92%
PGA	5.48%	5.83%	5.42%

* Estimativa de INPC em 2,80% menor que o INPC realizado de 5,61%.

** INPC + 2,33%

*** INPC + 2,19%

Fonte: Eletros – Anexo I-Memo PRG 006/2022 - Relatório de Aderência e Enquadramento na execução da política de investimentos 1o Sem.2022

Os resultados médios apresentados na tabela acima representam os valores percentuais, previstos e realizados para o conjunto de ativos de investimentos, de cada Plano de benefício, e de acordo com as informações constantes do Memorando DF/DFI 004/2022, de 01/12/2022, nas tabelas a seguir são apresentadas as diferenças relativas ao resultado dos investimentos no primeiro semestre de 2022 e os respectivos esclarecimentos, para cada Plano de Benefício.

Destaca-se que a variação do INPC, no primeiro semestre de 2022, foi superior à prevista na Política de Investimentos para o respectivo período. Já no segmento de renda variável verifica-se rentabilidade abaixo da previsão, contribuindo assim para o não atingimento da meta.

Fonte: DFI



A. Plano BD ELETROBRÁS – Recursos garantidores de R\$ 1,71 bilhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado, no primeiro semestre de 2022, foi negativo em R\$ 51,37 milhões e pode ser assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 79,60 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 28,28 milhões
Imóveis	Negativo em R\$ 2,11 milhões
Fundos Investimentos Multimercados	Negativo em R\$ 0,40 milhões
Empréstimo	Positivo em R\$ 3,14 milhões
Fundo Investimento Participações	Negativo em R\$ 1,32 milhões
Outros	Positivo em R\$ 0,64 milhões
Total do plano BD ELETROBRÁS	Negativo em R\$ 51,37 milhões

Principais variações

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ser inferior à variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2022.
- ❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A principal diferença desse segmento ocorreu pela variação positiva dos títulos públicos atrelados ao Índice IGP-M que é grande parcela do segmento de títulos públicos.
- ❖ **Imóveis²:** A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2022 ficou menor que o previsto, por conta da entrega de alguns imóveis pertencentes a Eletros.
- ❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação positiva se deve a boa performance dos fundos multimercados estruturados selecionados pela Eletros que tiveram retorno acima da Selic.
- ❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o segmento ficou um pouco maior do que a previsão do primeiro semestre de 2022, devido a uma inflação ligeiramente maior que a inflação prevista, impactando positivamente na parcela de empréstimo.
- ❖ **Fundo Investimento Participações:** A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima à previsão para o primeiro semestre de 2022.
- ❖ **Outras:** A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima da previsão para o período.

Fonte: MEMO DF/DFI 004/22

B. CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS) – Recursos garantidores de R\$ 298,12 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado, no primeiro semestre de 2022, foi negativa em R\$ 20,91 milhões e pode ser assim resumida:

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

² Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 20,36 milhão
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Negativo em R\$ 0,84 milhão
Imóveis	Negativo em R\$ 0,15 milhão
Empréstimo	Negativo em R\$ 0,35 milhão
Outras	Positivo em R\$ 0,79 milhão
Total do CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS)	Negativo em R\$ 20,91 milhões

Principais variações

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ser inferior à variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2022.
- ❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A principal variação ocorreu pelo aumento das taxas dos títulos de longo prazo atreladas ao IPCA impactando negativamente a rentabilidade no período.
- ❖ **Imóveis³:** A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2022 ficou um pouco menor que o previsto, por conta da entrega de alguns inquilinos de alguns imóveis pertencentes a Eletros.
- ❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima da previsão para o primeiro semestre de 2022.

Fonte: MEMO DF/DFI 004/22

C. CD ELETROBRÁS PURO – Recursos garantidores de R\$ 1,48 bilhão:

A diferença total entre o previsto e o realizado, no primeiro semestre de 2022, foi negativo em R\$ 58,06 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 57,93 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Negativo em R\$ 4,92 milhões
Empréstimo	Positivo em R\$ 0,41 milhão
Imóveis	Negativo em R\$ 0,39 milhão
Fundo Multimercados Estruturados	Positivo em R\$ 3,84 milhões
Outros	Positivo em R\$ 0,93 milhão
Total do plano CD ELETROBRÁS PURO	Negativo em R\$ 58,06 milhões

³ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



Principais variações

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ser inferior à variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2022.
- ❖ **Títulos Públicos:** A principal variação ocorreu pelo aumento das taxas dos títulos de longo prazo atreladas ao IPCA que impactaram negativamente o segmento de títulos públicos do Plano.
- ❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A principal variação ocorreu pelo aumento das taxas dos títulos de longo prazo atreladas ao IPCA impactando negativamente a rentabilidade no período.
- ❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação positiva se deve a boa performance dos fundos multimercados estruturados selecionados pela Eletros e tiveram ganhos acima da Selic.
- ❖ **Imóveis⁴:** A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2022 ficou um pouco menor que o previsto, por conta da entrega de alguns inquilinos de alguns imóveis pertencentes a Eletros.
- ❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima da previsão para o primeiro semestre de 2022.

Fonte: MEMO DF/DFI 004/22

D. CV ONS – Recursos garantidores de R\$ 747 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado, no primeiro semestre de 2022, foi negativa em R\$ 27,38 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativa em R\$ 27,80 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Negativo em R\$ 2,36 milhões
Empréstimo	Positivo em R\$ 0,49 milhão
Fundo Multimercados Estruturados	Positivo em R\$ 2,38 milhões
Outras	Negativo em R\$ 0,09 milhão
Total do plano CV ONS	Negativo em R\$ 27,38 milhões

Principais variações

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ser inferior à variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2022.

⁴ Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



- ❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** a principal variação ocorreu pelo aumento das taxas dos títulos de longo prazo atreladas ao IPCA que impactaram negativamente o segmento de títulos públicos do plano.

Empréstimo: A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima da previsão para o primeiro semestre de 2022.

- ❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação positiva se deve a boa performance dos fundos multimercados estruturados selecionados pela Eletros e tiveram ganhos acima da Selic.

Fonte: MEMO DF/DFI 004/22.

E. CV EPE – Recursos garantidores de R\$ 124 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado, no primeiro semestre de 2022, foi negativa em R\$ 4,28 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 4,62 milhões
Outras	Positivo em R\$ 0,34 milhão
Total do plano CV EPE	Negativo em R\$ 4,28 milhões

Principais variações

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ser inferior à variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2022

F. Plano de Gestão Administrativa - PGA – saldo de R\$110,35 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado, no primeiro semestre de 2022, foi negativo em R\$ 2,85 milhões no período. A variação negativa ocorreu por conta da elevação das taxas dos títulos de renda fixa que compõem a parcela dos investimentos do PGA. Nas tabelas a seguir são apresentados os resultados, para 1º semestre de 2022, por perfil de investimento, considerando cada um dos ativos de investimento dos Planos de Benefícios CD Eletrobrás, CV EPE e CV ONS:

Ressalta-se que os Planos de Benefícios CD Eletrobrás, CV EPE e CV ONS possuem opções de perfil de investimentos com cinco (5) modalidades: Agressivo, Moderado, ELETROS, Conservador e Super Conservador.

Assim, os participantes desses Planos de Benefícios podem escolher um dos perfis de investimentos existentes e, semestralmente, podem alterar o seu perfil nos canais informados pela ELETROS. A escolha de um perfil de investimento é feita de forma livre e opcional, de maneira que cada participante possa adotar um perfil de investimento que seja mais adequado a sua visão de risco e perspectiva de rendimento.





CD ELETROBRÁS	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	2,57%	-2,88%	3,39%	-2,10%	3,53%	-1,97%	3,90%	-1,62%	4,36%	-1,19%
Renda Variável	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	0,00%	0,00%
Imóveis	2,43%	-3,02%	2,43%	-3,02%	2,43%	-3,02%	2,43%	-3,02%	2,43%	-3,02%
Empréstimos	9,62%	3,79%	9,60%	3,78%	9,60%	3,77%	9,59%	3,77%	9,60%	3,77%
Inv. Estruturados	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%
Exterior	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	0,00%	0,00%
Consolidado	-1,39%	-6,63%	0,19%	-5,13%	1,13%	-4,24%	1,82%	-3,60%	4,55%	-1,01%

CD I	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,08%	2,33%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-5,41%	-10,44%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,43%	-3,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	11,64%	5,71%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,87%	0,25%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-26,34%	-30,25%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,11%	-2,37%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

CV O.N.S	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	2,85%	-2,62%	3,61%	-1,90%	3,78%	-1,74%	4,09%	-1,44%	4,29%	-1,26%
Renda Variável	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	9,12%	3,33%	9,13%	3,33%	9,12%	3,32%	9,11%	3,31%	9,12%	3,32%
Inv. Estruturados	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%
Exterior	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	0,00%	0,00%
Consolidado	-1,18%	-6,43%	0,46%	-4,88%	1,47%	-3,92%	2,10%	-3,32%	4,58%	-0,98%

CV EPE	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	3,78%	-1,73%	3,91%	-1,61%	4,00%	-1,53%	4,27%	-1,27%	4,64%	-0,92%
Renda Variável	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	9,46%	3,64%	9,45%	3,63%	9,45%	3,63%	9,45%	3,63%	9,47%	3,65%
Inv. Estruturados	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%
Exterior	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	0,00%	0,00%
Consolidado	-0,96%	-6,22%	0,65%	-4,70%	1,59%	-3,81%	2,28%	-3,16%	4,89%	-0,68%

Fonte: PRG

CD ELETROBRÁS										
	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	2,57%	-2,88%	3,39%	-2,10%	3,53%	-1,97%	3,90%	-1,62%	4,36%	-1,19%
Renda Variável	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	0,00%	0,00%
Imóveis	2,43%	-3,02%	2,43%	-3,02%	2,43%	-3,02%	2,43%	-3,02%	2,43%	-3,02%
Empréstimos	9,62%	3,79%	9,60%	3,78%	9,60%	3,77%	9,59%	3,77%	9,60%	3,77%
Inv. Estruturados	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%
Exterior	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	0,00%	0,00%
Consolidado	-1,39%	-6,63%	0,19%	-5,13%	1,13%	-4,24%	1,82%	-3,60%	4,55%	-1,01%
CD I										
	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,08%	2,33%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-5,41%	-10,44%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,43%	-3,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	11,64%	5,71%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,87%	0,25%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-26,34%	-30,25%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,11%	-2,37%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CV O.N.S										
	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	2,85%	-2,62%	3,61%	-1,90%	3,78%	-1,74%	4,09%	-1,44%	4,29%	-1,26%
Renda Variável	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	9,12%	3,33%	9,13%	3,33%	9,12%	3,32%	9,11%	3,31%	9,12%	3,32%
Inv. Estruturados	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%
Exterior	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	0,00%	0,00%
Consolidado	-1,18%	-6,43%	0,46%	-4,88%	1,47%	-3,92%	2,10%	-3,32%	4,58%	-0,98%
CV EPE										
	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	3,78%	-1,73%	3,91%	-1,61%	4,00%	-1,53%	4,27%	-1,27%	4,64%	-0,92%
Renda Variável	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	-5,41%	-10,44%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	9,46%	3,64%	9,45%	3,63%	9,45%	3,63%	9,45%	3,63%	9,47%	3,65%
Inv. Estruturados	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%	8,05%	2,31%
Exterior	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	-26,34%	-30,25%	0,00%	0,00%
Consolidado	-0,96%	-6,22%	0,65%	-4,70%	1,59%	-3,81%	2,28%	-3,16%	4,89%	-0,68%

Fonte: PRG

RESULTADOS DOS PLANOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022

Para a melhor compreensão, foram anexadas as tabelas disponibilizadas pela Aditus, empresa que atua na gestão de desempenho de investimentos, onde pode-se verificar comparativamente os resultados alcançados no mercado e pela ELETROS.

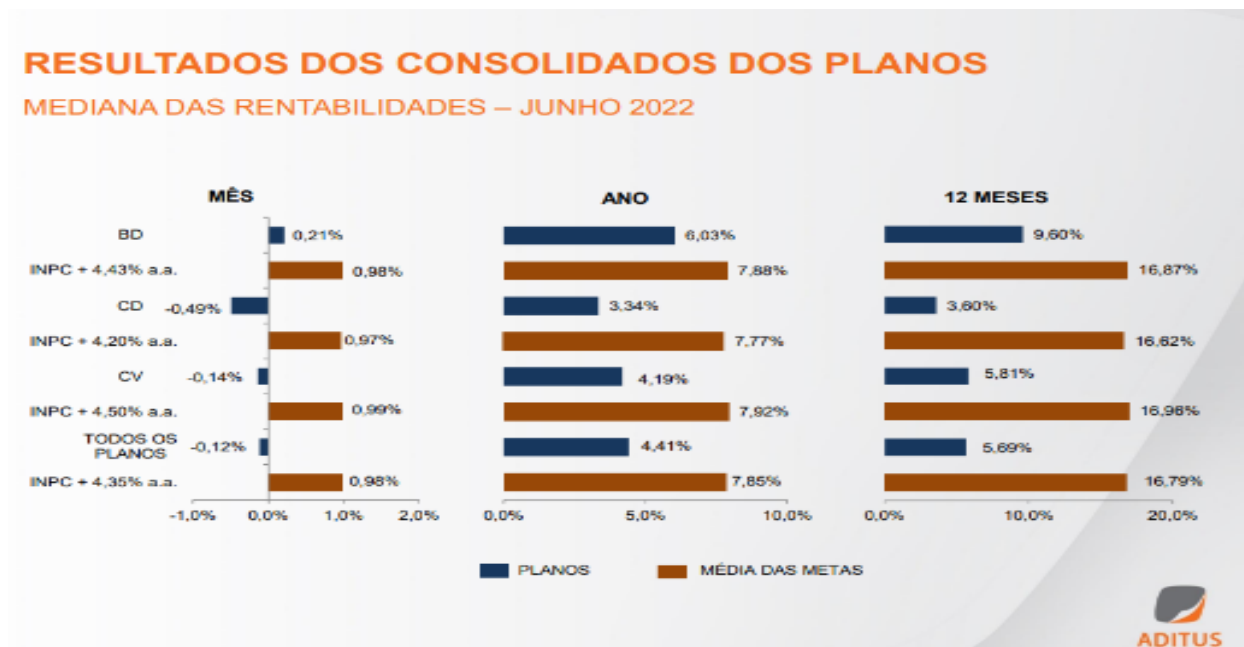


Fonte: ADITUS /Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimentos 1º Sem.2022





Fonte: ADITUS /Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimentos 1º Sem.2022



Fonte: ADITUS



	BD Eletrobrás	CD Eletrobrás*	CD I	CV ONS	CV EPE	PGA
Segmentos	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal
Renda Fixa	8,11%	3,71%	8,08%	3,80%	4,00%	5,83%
Renda Variável	-5,41%	-5,41%	-5,41%	-5,41%	-5,41%	0,00%
Imóveis	2,43%	2,43%	2,43%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	10,40%	9,08%	11,76%	9,12%	9,45%	0,00%
Inv. Estruturados	5,87%	8,05%	5,87%	8,05%	8,05%	0,00%
Exterior	-26,34%	-26,34%	-26,34%	-26,34%	-26,34%	0,00%
Consolidado	3,12%	1,30%	3,11%	1,40%	1,56%	5,83%

* Composto pelo CD Puro e CD Saldado.

* Composto pelo CD Puro e CD Saldado.

Fonte: PRG

V. Custos com a Administração dos Investimentos

As despesas diretas de investimento no primeiro semestre de 2022 totalizaram R\$ 7.181 mil (primeiro semestre de 2021 – R\$ 11.286 mil), representando um recuo de 36,4%.

O comportamento dessa natureza de despesa decorre, principal e diretamente, das variações patrimoniais verificadas na carteira de investimentos da Entidade, como resultantes da rentabilidade verificada no período.

Abaixo, o detalhamento dessas despesas, apresentado de forma comparativa a igual período anterior:

- Primeiro Semestre de 2022

Despesas Diretas de Investimento (R\$ mil)

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	59	31	15	14	0
Gestão	4.691	0	133	4.529	28
ADM	67	0	19	40	8
Custódia	225	119	59	47	0
Performance	0	0	0	0	0
DOC	0	0	0	0	0
CPMF	0	0	0	0	0
IOF	455	0	455	0	0
CVM	238	0	97	139	3
CETIP	234	75	80	77	2
CBLC	23	6	0	16	0
SELIC	49	33	14	3	0
BACEN	0	0	0	0	0
ANDIMA	0	0	0	0	0
ANBIMA	19	0	7	12	0
Taxa de Swap	0	0	0	0	0
Taxa de Bolsa	-722	0	14	-736	0
Corretagem RV	1.424	91	0	1.333	0
Emolumentos RV	384	64	0	320	0
Cartório	0	0	0	0	0
Consultoria	0	0	0	0	0
Auditoria	32	0	15	17	0
Tx de Permanência	0	0	0	0	0
Outros	4	0	1	3	0
TOTAL DAS DESPESAS	7.181	420	907	5.814	40

- Primeiro Semestre de 2021

Despesas Diretas de Investimento (R\$ mil)

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	62	25	22	15	0
Gestão	5.451	0	184	5.158	109
ADM	76	0	23	45	9
Custódia	246	106	88	52	0
Performance	2.878	0	0	2.878	0
DOC	0	0	0	0	0
CPMF	0	0	0	0	0
IOF	46	0	46	0	0
CVM	161	0	70	90	1
CETIP	267	87	107	70	3
CBLC	21	6	0	15	0
SELIC	45	20	22	3	0
BACEN	0	0	0	0	0
ANDIMA	0	0	0	0	0
ANBIMA	22	0	9	13	0
Taxa de Swap	0	0	0	0	0
Taxa de Bolsa	30	0	2	28	0
Corretagem RV	1.521	207	0	1.315	0
Emolumentos RV	420	102	0	319	0
Cartório	2	0	0	1	0
Consultoria	0	0	0	0	0
Auditoria	33	0	15	17	0
Tx de Permanência	0	0	0	0	0
Outros	3	0	0	2	0
TOTAL DAS DESPESAS	11.286	552	590	10.022	121

Fonte: PRG



Despesas Diretas de Investimento (R\$ mil)

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	59	31	15	14	0
Gestão	4.691	0	133	4.529	28
ADM	67	0	19	40	8
Custódia	225	119	59	47	0
Performance	0	0	0	0	0
DOC	0	0	0	0	0
CPMF	0	0	0	0	0
IOF	455	0	455	0	0
CVM	238	0	97	139	3
CETIP	234	75	80	77	2
CBLC	23	6	0	16	0
SELIC	49	33	14	3	0
BACEN	0	0	0	0	0
ANDIMA	0	0	0	0	0
ANBIMA	19	0	7	12	0
Taxa de Swap	0	0	0	0	0
Taxa de Bolsa	-722	0	14	-736	0
Corretagem RV	1.424	91	0	1.333	0
Emolumentos RV	384	64	0	320	0
Cartório	0	0	0	0	0
Consultoria	0	0	0	0	0
Auditoria	32	0	15	17	0
Tx de Permanência	0	0	0	0	0
Outros	4	0	1	3	0
TOTAL	7.181	420	907	5.814	40

Fonte: PRG

VI Exigível Contingencial - Passivos e Ativos Contingentes

A Eletros figura no polo passivo em diversos processos judiciais de natureza previdencial, trabalhista, cível e fiscal, com prognósticos de perdas remotas, possíveis e prováveis. Os processos com prognóstico de perda provável são reconhecidos na base de determinação de provisões contábeis consignadas nas Demonstrações Financeiras do período. Processos com prognóstico de perda possível não são registrados contabilmente, entretanto divulgados, quando relevantes, em Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

O Conselho Fiscal acompanha regularmente a evolução das contingências judiciais da Entidade e destaca, a posição em 30/06/2022 das contingências classificados como prováveis, conforme relatório: "Revisão das Informações Contábeis Intermediárias", com a posição de 30 de junho de 2022, elaborado pela BDO Auditores Independentes, datado em 22 de agosto de 2022, no item 9, em que foi declarado:



“Passivos Contingentes:

Os processos com probabilidade de perda possível, não registrados em balanço, representam o montante de R\$ 11.580 mil em junho de 2022 (R\$ 9.427 mil em 31 de dezembro de 2021) e envolvem discussões fiscais, administrativas, ações judiciais de natureza previdencial, trabalhista e cível.”.

Ativo Contingente - Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND)

Ação Ordinária nº 0123902-36.1991.4.02.5101, ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da União Federal, objetivando o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008 e o processo entrou em fase de execução.

Em 28/11/2013 o Juízo determinou que as entidades beneficiadas pela decisão judicial, deveriam ajuizar ações de liquidação, com menor grupo de autores por processo, em que deveriam comprovar as obrigações adquiridas. Embasada na opinião dos assessores jurídicos, na época a ABRAPP classificou a probabilidade de êxito como “provável” e não como “praticamente certo”, em função de ainda não existir uma data prevista para o seu recebimento e considerando que a mensuração dos valores ainda seria alvo de discussão entre as partes.

Foi distribuída ação sob o nº 0145862-08.2015.4.02.5101, perante a 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro, de autoria da ABRAPP, tendo a ELETROS como litisconsorte ativa, além de outros fundos de pensão. A União apresentou contestação em 29/07/2016 e foi determinada a produção de prova pericial contábil em 04/11/2016. Em 09/03/2021 a ABRAPP e a União Federal apresentaram petição conjunta pedindo a suspensão do feito por 60 dias para tentativa de composição amigável, tendo o juízo suspenso o curso do processo sucessivas vezes ao longo do ano de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária da ABRAPP realizada em 23/11/2021 a Eletros manifestou sua adesão a proposta de acordo materializada em procedimento administrativo e remetida pela ABRAPP à Procuradoria Regional da União da 2ª Região. Em 25/03/2022 as partes apresentaram petição conjunta em juízo informando a celebração de acordo e solicitando homologação judicial. Em 28/03/2022 foi proferida sentença homologando o acordo celebrado entre as partes. Em 31/03/2022 as requisições de pagamento foram expedidas, sendo a da Eletros no valor total de R\$ 93.422.064,71 (R\$ 31.781.318,46 de principal e R\$ 61.640.746,25 de juros) na data base de dezembro de 2021, sendo O precatório da Eletros tem como número de processo 5003304-21.2022.4.02.9388.

Em 20/07/2022, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC emitiu o Ofício Circular nº 14/2022/PREVIC, após a homologação do acordo judicial citado anteriormente e a expedição dos Precatórios, autorizando as entidades fechadas de previdência complementar EFPC, que já possuem os precatórios judiciais em seu nome a contabilizar esses recursos.



A contabilização dos precatórios recebidos pelas entidades deve se enquadrar na planificação existente. Contas 1.02.03.10.00.00.00 - Investimentos / Recursos a Receber – Precatórios e a contrapartida na conta 5.01.10.00.00.00.00 - Fluxo dos Investimentos / Rendimentos/Variações Positivas / Precatórios.

Os registros dos créditos judiciais decorrentes da correção monetária aplicável às OFND somente podem ser realizados no ativo do plano de benefícios que se refiram após a expedição de precatório em nome da entidade fechada de previdência complementar.

Conforme orientação da PREVIC, os precatórios deverão ser reconhecidos e mensurados pelo seu valor justo, observando as características do ativo financeiro, bem como as condições referidas na Resolução CNPC n. 43 de 06 de agosto de 2021.

A Eletros está avaliando o assunto e procederá a elaboração de um estudo técnico para embasar a contabilização do valor justo dos precatórios e tão logo o estudo esteja finalizado, a contabilização será realizada ainda no exercício de 2022.”

Importante destacar, por mais que as informações sejam relativas ao 1º semestre de 2022, com relação ao Ativo Contingente – OFND, houve destaque no relatório: “Revisão das Informações Contábeis Intermediárias”, no item 15 Evento Subsequente, de evento posterior a data de fechamento do relatório, conforme declarado abaixo:

“Em 20/07/2022, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC emitiu o Ofício Circular nº 14/2022/PREVIC autorizando as entidades fechadas de previdência complementar EFPC que já possuem os precatórios judiciais em seu nome contabilizar esses recursos.

A Eletros está avaliando o assunto e procederá a elaboração de um estudo técnico para embasar a contabilização do valor justo dos precatórios, conforme orientação da PREVIC, e tão logo o estudo esteja finalizado, a contabilização será realizada ainda no exercício de 2022.”

VII Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

O Conselho Fiscal além de emitir Parecer sobre os testes de aderência das premissas, hipóteses atuariais e taxas de juros, atua na busca de evidências da aderência das mesmas para os Planos BD, CDs e CVs, administrados pela Eletros.

As tabelas a seguir apresentam as principais premissas e hipóteses atuariais para os Planos administrados pela Eletros.



Planos CV ONS e EPE

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2021
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Composição Familiar para os ativos do Plano BPDS	85% casados e mulher 4 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC
Fator Capacidade	0,98
Taxa real de juros	4,80% a.a.

Plano BD Eletrobrás

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 28/02/2022
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA
Mortalidade de Inválidos	RRB-83
Rotatividade	Nula
Composição Familiar dos ativos	70% casados e mulher 9 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	INPC
Fator Capacidade	0,98
Crescimento salarial	0,01
Probabilidade de entrada em aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria integral
Taxa real de juros	4,80% a.a.



Plano CD Eletrobrás

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 30/06/2022
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Composição Familiar para os ativos do Plano BPDS	85% casados e mulher 4 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC
Fator Capacidade	0,98
Taxa real de juros	4,80% a.a.

Planos CD I Eletrobrás

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 30/06/2022
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio
Taxa real de juros	4,80% a.a.

Fonte: MEMO-DB/DBA – 005/2022

Verifica-se que a massa de participantes e assistidos dos Planos da Eletros não sofreu variações significativas no primeiro semestre de 2022. Dessa forma, as hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2021 dos Planos supracitados permanecem válidas e aderentes às características da massa de participantes e assistidos dos referidos Planos em 30/06/2022. De todo modo, até o encerramento do exercício de 2022, será apresentado o Estudo de Aderência que irá definir as hipóteses biométricas e demográficas que deverão ser utilizadas na Avaliação Atuarial de 31/12/2022.

Relativamente à hipótese “taxa real de juros”, consideramos que as hipóteses supracitadas estão adequadas para a data de 30/06/2022. De todo modo, até o encerramento do exercício de 2022, será apresentado o Estudo de Aderência que irá definir as taxas reais de juros que deverão ser utilizadas na Avaliação Atuarial de 31/12/2022.

Uma vez que a Gerência Atuarial da Eletros, responsável pelos Planos CV ONS, EPE, CD Eletrobrás e CD I, bem como Consultoria Atuarial Willis Towers Watson, responsável pelo Plano BD Eletrobrás, consideram as premissas supracitadas adequadas e aderentes em 30/06/2022, o CFE emitiu parecer após análise da documentação cabível.

a. Plano BD ELETROBRÁS - Patrimônio de Cobertura x Passivo Atuarial

O Plano BD apresenta equacionamentos em andamento (2011, 2013 e 2015) com previsão de contribuições definidas em percentual da folha de salário real de contribuição/Benefícios:



Empregados ativos	abr/22	jul/22	
Contribuição Normal média	14,78%	14,78%	
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	0,00%	0,00%	Prazos (em fev/22)
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	19,00%	3,78%	1 ano e 10 meses
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	3,84%	3,39%	13 anos e 1 mês
Total	37,62%	21,95%	

Fonte: MEMO-DB/DBA – 005/2022

Aposentados	abr/22	jul/22	
Contribuição Normal média	7,78%	7,78%	Prazos (em fev/22)
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	2,12%	2,16%	12 anos e 1 mês
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	11,79%	12,01%	12 anos e 6 meses
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	6,75%	6,82%	13 anos e 1 mês
Total	28,44%	28,77%	

Fonte: MEMO-DB/DBA – 005/2022

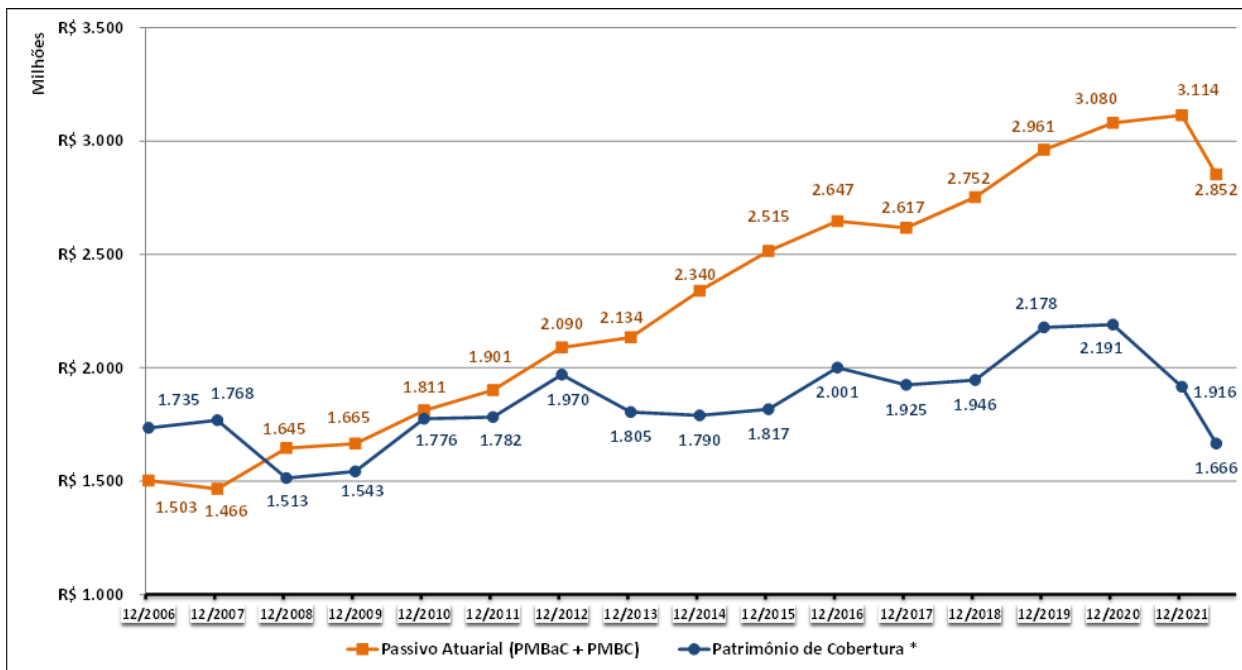
Pensionistas e optantes pelo BPDs	abr/22	jul/22	
Contribuição Normal média	0,00%	0,00%	
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	0,00%	0,00%	
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	0,00%	0,00%	Prazos (em fev/22)
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	6,75%	6,82%	13 anos e 1 mês
Total	6,75%	6,82%	

Fonte: MEMO-DB/DBA – 005/2022

Apresenta-se abaixo o gráfico contendo a evolução do Passivo Atuarial x Patrimônio de Cobertura do Plano BD Eletrobrás até 30/06/2022.



Plano BD Eletrobrás - Patrimônio de Cobertura x Passivo Atuarial até 12/2021

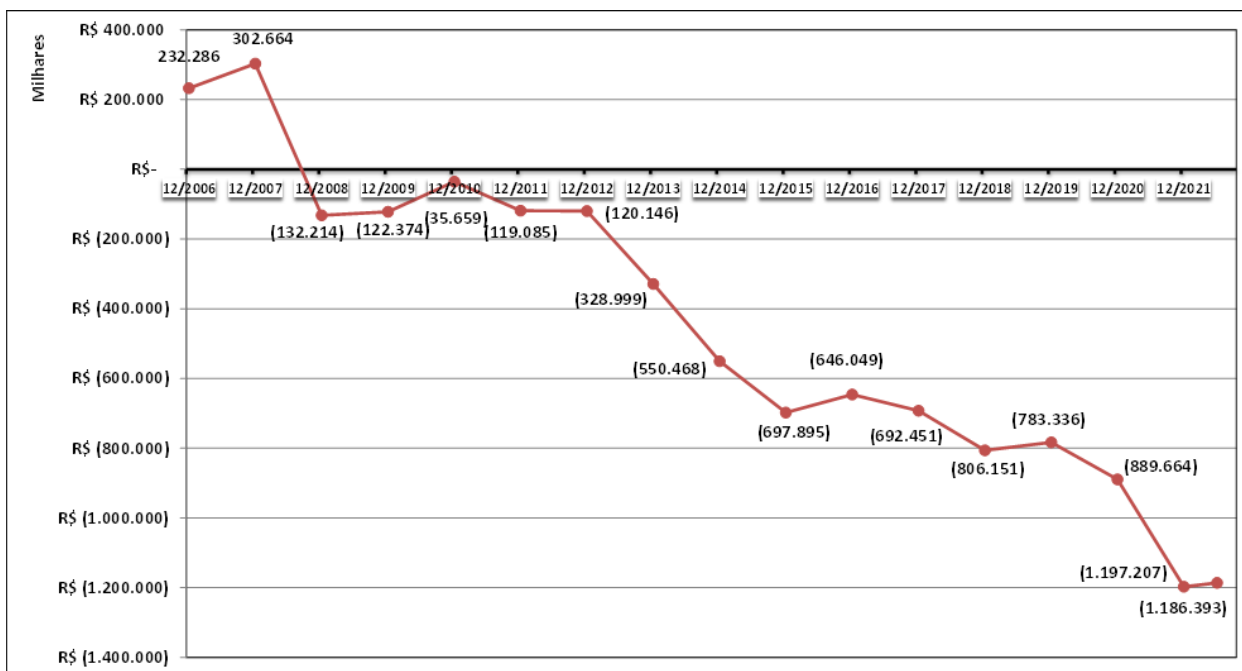


* Patrimônio de cobertura líquido das "Operações Contratadas" e das contribuições em atraso

PMBaC = Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder

PMBC = Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos

Plano BD Eletrobrás - Histórico dos "Déficits" - Excesso / (Insuficiência) até 12/2021



Excesso / (Insuficiência) = Patrimônio de Cobertura do Plano - Passivo Atuarial

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º e 7º andar

Rio de Janeiro - Brasil - CEP: 20050-092

Tel: (21) 2179 - 4700 - www.ELETROS.com.br

Observação: O documento original assinado está arquivado na Eletros.



b. Empréstimos Especial Vesting – Plano BD Eletrobrás

Nos anos 1990 foi instituído Empréstimo Especial Vesting (EEV) destinado a participantes que perderam vínculo empregatício com a patrocinadora a até 60 meses de completar as condições de usufruir do benefício de aposentadoria do Plano BD Eletrobras. O empréstimo fora concedido de forma parcelada, sendo que o valor pago mensalmente corresponderia ao valor do benefício projetado para a data da sua aposentadoria na Eletros, sendo o percentual máximo de desconto incidente sobre a complementação de aposentadoria definido individualmente nos respectivos contratos celebrados entre o participante e a Eletros.

Dos 26 contratos ativos em setembro de 2020 relativos a participantes do citado Plano BD, verifica-se que os descontos destinados à sua amortização variam de 10,48% a 35,16% do valor bruto do benefício BD, sendo que a taxa de remuneração do crédito da Eletros para 4 dos contratos, corresponde ao INPC acrescido de 0,5% a.m. e, nos 22 outros contratos incidem à taxa atuarial acrescido de prêmio de risco e taxa de administração.

Dentre as condições pactuadas à época, a quitação do empréstimo se daria de forma vitalícia, ou com recursos próprios do beneficiário, à sua escolha e a qualquer tempo, neste caso mediante pagamento integral do saldo devedor (SD) existente, sendo previsto, também, o pagamento de seguro prestamista incidente sobre a parcela do empréstimo mensalmente liberado. Ocorrendo o falecimento do beneficiário, o saldo devedor ainda existente é descontado do Fundo Garantidor de Empréstimos - FGE.

Na ata da 414ª reunião do CFE, de 26/10/2020, este Conselho havia verificado, após apresentação da Diretoria Executiva, aspectos os quais indicam de que os empréstimos realizados sob os critérios do Vesting apresentam potencial frustração de realização, materialmente relevante, o que poderia impactar nos cálculos atuariais que envolvem o processo de migração do plano BD para o plano CD puro Eletrobras. Diante os dados preliminarmente analisados pelo CFE, todos baseados na apresentação feita no curso da reunião de 26/10/2020, o Colegiado decidiu por fazer constar naquela ata alguns aspectos observados.

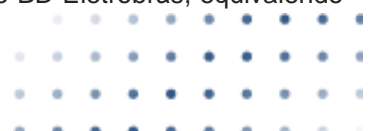
Registre-se que a soma dos saldos devedores dos Empréstimos Especiais Vesting é crescente, conforme pode ser verificado: R\$ 13.125.801,80 em 30/06/2021 e R\$ 15.596.110,39 em 30/06/2022, tendo o FGE o montante de R\$ 11.650.576,20 em 30/06/2022 para a totalidade dos empréstimos concedidos no plano.

Cabe destaque que o controle e atualização do FGE é realizado de forma escritural, não tendo sido criada uma carteira específica para que fossem realizadas as entradas e saídas de recursos do FGE. Tal distorção depreende-se se dá por equívocos, a nosso juízo, na formatação inicial dos instrumentos contratuais, notadamente pelos mesmos estabelecerem um percentual máximo de desconto vitalício para sua quitação, e que o pagamento do seguro prestamista ocorreria somente enquanto o participante estivesse recebendo o empréstimo, ou seja, sacando os recursos, sem uma preocupação, à primeira vista, com a efetiva realização do crédito, valendo dizer, do investimento da Fundação em mãos de terceiros.

Tal contexto leva a 3 cenários identificados pela apresentação feita a este Colegiado, sendo:

Cenário 1 – Possibilidade de saldo devedor crescente (19 de 26 dos empréstimos Vesting - BD) uma vez que o valor pago mensalmente é um percentual do benefício ELETROS, há possibilidade de que os pagamentos mensais não sejam suficientes para a quitação do saldo devedor até o falecimento do participante (% média de desconto = 22,62%);

Cenário 2 – Possibilidade de ausência de FGE quando do falecimento do último mutuário, de um saldo devedor crescente, sendo a provável perda suportada pelo patrimônio do Plano BD Eletrobrás, equivalendo



dizer, pelo coletivo dos participantes, mesmo não tomadores do Vesting, dado o caráter de mutualismo do Plano; e,

Cenário 3 – Não pagamento de seguro prestamista uma vez que, contratualmente, foi estabelecido que só seria descontado na fase de saque do empréstimo, pelo que não foi, e nem está sendo cobrado seguro prestamista desse grupo, em que pese o fato de que em caso de sinistro, o saldo devedor ser descontado do FGE.

Diante destes fatos este Conselho mantém a recomendação de que a diretoria executiva estude a possibilidade de elaboração de cálculo atuarial específico para fundamentar adequadamente uma PCLD – EMPRÉSTIMOS para contemplar o possível default do EEV; agravar o custo do seguro prestamista cobrado dos novos empréstimos financeiros (não Vesting), com objetivo de constituir um adequado FGE que suporte defaults do EEV; estudar medidas compensatórias à rentabilidade negativa da carteira de empréstimos do Plano BD Eletrobrás (Vesting) dado decorrer os EEV, com suas distorções, à época de sua respectiva concessão, recomendando, também, que tais análises ocorram de forma prévia ao processo de migração, dado sua repercussão no processo decisório dos participantes, notadamente do Plano BD. Na ocasião da 414ª reunião deste Colegiado, fora determinado que fosse dado conhecimento formal ao CDE, objetivando sua análise e eventuais atos julgados necessários com base no aqui exposto.

O CFE destaca que em 30/06/2022, a situação do Vesting é:

- ❖ 21 contratos ativos para essa modalidade, sendo 1 contrato com atualização igual ao INPC acrescido de 0,5% a.m. e outros 20 contratos com atualização igual à taxa atuarial acrescido do prêmio de risco e da taxa de administração;
- ❖ Descontos destinados à amortização que variam de 13,53% a 35,16% do valor bruto do benefício BD;
- ❖ Soma dos saldos devedores dos Empréstimos Especiais Vesting = R\$ 15.596.110,39;
- ❖ FGE do Plano BD Eletrobrás = R\$ 11.650.576,20.

c. Maturidade e Solvência dos Planos

Na tabela a seguir são apresentados retrato de 30/06/2022 dos percentuais de grau de maturidade e graus de solvência bruta e líquida:



PLANO	GRAU DE MATURIDADE	GRAU DE SOLVÊNCIA BRUTO	GRAU DE SOLVÊNCIA LÍQUIDO
BD ELETROBRÁS	98,71%	58,41%	77,17%
CD ELETROBRÁS	63,47%	97,24%	95,28%
CV ONS	37,69%	101,39%	99,99%
EPE	10,03%	104,21%	100,00%
CD I	70,21%	100,46%	100,00%

Fonte: MEMO-DB/DBA – 005/2022

O CFE observou que a diferença para o grau de solvência bruto e líquido do Plano BD Eletrobrás, que se dá pelos déficits em equacionamento, conforme destacado anteriormente. O conselho fiscal segue atento aos equacionamentos. No Plano BD há R\$ 538.643.425,92 de provisões matemáticas a constituir (Déficits 2011, 2013 e 2015) e R\$ 417.116.972,29 de déficit técnico acumulado (em 30/06/2022), frente a um patrimônio de cobertura de R\$ 1.896.690.334,53. Estes valores explicam a grande diferença entre o grau de solvência bruto e líquido.

VIII. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária

Ao longo do 1º semestre de 2022, o Conselho Fiscal apreciou os acompanhamentos orçamentários mensais, conforme constam nas Atas das reuniões periódicas realizadas neste período.

Com relação à execução orçamentária observamos variações entre o previsto e o realizado, conforme comentado a seguir:

1- Provisões Atuariais

Consta do Memorando DB/DBA-004/2022 os registros a seguir, no que tange a Variação (previsto x realizado) das Provisões Atuariais do Plano BD Eletrobrás e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás:

Para fins de orçamento (elaborado nos meses de agosto e setembro de 2021), a DBA estimou a evolução das provisões matemáticas dos Planos até o encerramento de 2022 teoricamente (desde julho de 2021), considerando a inflação projetada para o ano de 2022 (à época da elaboração do orçamento, a expectativa de inflação para 2022 era de 3,92%, ou seja, cerca de 0,32% ao mês).

Destacamos que as provisões matemáticas da Parcela BDPS do Plano CD Eletrobrás são recalculadas mensalmente utilizando a variação do INPC com 1 mês de defasagem, enquanto as provisões matemáticas do Plano BD Eletrobrás são apuradas mensalmente de forma teórica através de planilha disponibilizada pela consultoria atuarial responsável pelo Plano, Willis Towers Watson.



Seguem as justificativas para a variação da conta “Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas” do Plano BD Eletrobrás e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás no período de janeiro a junho de 2022:

	Plano	BD Eletrobrás	BPDS
A	(-) Variação prevista	R\$ 9.523.917	R\$ 4.378.199
B	(-) Variação realizada	-R\$ 232.340.925	-R\$ 65.472.734
C = B - A	Diferença a justificar	-R\$ 241.864.843	-R\$ 69.850.933
	Impacto em função de:		
D	INPC realizado > INPC esperado	R\$ 88.678.910	R\$ 15.579.586
E	Alteração da premissa taxa real de juros	-R\$ 68.849.474	R\$ -
F	Migração para o Plano CD I	-R\$ 217.679.224	-R\$ 73.558.370
G	Amortizações extraordinárias dos déficits decorrentes da migração	-R\$ 19.503.659	-R\$ 6.384.189
H = C - D - E - F - G	Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período:	-R\$ 24.511.395	-R\$ 5.487.960

Fonte: MEMO - DB/DBA-004/2022

Os “Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período” justificam-se, uma vez que o Patrimônio de Cobertura do Plano BD Eletrobrás monta, em 30/06/2022, R\$ 1,90 bilhões.

2 - Variação (previsto x realizado) das Provisões Atuariais da Parcela CV do Plano CD Eletrobrás:

A variação das Provisões Atuariais das Parcelas CV's foram estimadas, à época do orçamento, pela Gerências Atuarial e de Investimentos da Eletros considerando a rentabilidade projetada para o ano de 2022.

As variações das contas “Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas” justificam-se considerando que as rentabilidades acumuladas de janeiro a junho de 2022 para os Planos CD Eletrobrás, CV ONS e EPE.

• Superávit / Déficit do período

Considerando que as rentabilidades da Parcela Renda Vitalícia dos Planos CV ONS e CD Eletrobrás ficaram abaixo do esperado para o período de janeiro a junho de 2022, foi apurado déficit na Parcela Renda Vitalícia dos referidos planos em 30/06/2022.

• Constituição / Reversão de Fundos Previdenciais

Referem-se às oscilações nos fundos previdenciais em razão dos créditos referentes às sobras de resgates, às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadoras para custeio dos benefícios não programáveis e dos débitos relativos às transferências do fundo de riscos para as contas individuais dos participantes em decorrência das concessões de benefícios não programáveis, bem como custo mensal da apólice de seguro contratada, se cabível.

Ressaltamos que quanto maior o saldo do Fundo de Riscos, mais recursos estarão disponíveis para garantir o pagamento dos benefícios de risco.



Seguem as justificativas para a variação das contas “Constituição / Reversão de Fundos” no período de janeiro a junho de 2022:

Plano	CD Eletrobrás	CV ONS	EPE
Fundos Previdenciais em dez/21	R\$ 43.683.810	R\$ 9.763.409	R\$ 4.809.825
Fundos Previdenciais em jun/22	R\$ 37.500.100	R\$ 10.322.269	R\$ 5.040.627
(-) Variação prevista	R\$ 1.215.487	R\$ 382.253	R\$ 222.068
(-) Variação realizada	-R\$ 6.183.710	R\$ 558.860	R\$ 230.803

Fonte: MEMO - DB/DBA-004/2022

A “Variação realizada” dos Fundos Previdenciais dos Planos CV ONS e EPE justifica-se considerando que a rentabilidade observada no período.

Considerando o encerramento da migração do Plano CD Eletrobrás para o Plano CD I em junho de 2022, houve uma considerável redução dos Fundos Previdenciais do Plano CD Eletrobrás nos moldes previstos em nota técnica atuarial.

3 - Contingências

O MEMO-PR/PRJ - 019/22, datado de 25 de novembro de 2022, apresenta as justificativas referentes às variações orçamentárias entre Previsto e Realizado do Item “Constituições/Reversões de Contingências” da Demonstração de Resultado, no período de janeiro a junho de 2022, nos Planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS e PGA.

Sobre o tema foi registrado que houve variação orçamentária entre o Previsto e o Realizado das Contingências de janeiro a junho de 2022, considerando não ser possível mensurar com exatidão o Previsto de cada período. O Previsto, em relação à Contingência, que engloba os valores que serão contingenciados no ano seguinte, depende de diversos fatores, tais como o recebimento de citação de novos processos, a realização e apresentação em juízo de cálculos atuariais e periciais, o fornecimento de informações pela ELETROBRAS e eventual intimação para pagamento de valores de emolumentos e condenações.

Dessa forma, o Previsto é fornecido tomando por base uma série de critérios avaliados anualmente, tais como o maior valor de Contingência Realizada anual na comparação dos anos anteriores ao do estabelecimento da Previsão, ou então a média dos Realizados dos anos anteriores ao da Previsão. O Realizado, por sua vez, é fornecido pela DFC e obtido a partir das contingências solicitadas pela PRJ quanto aos processos com prognóstico de perda provável, eventuais emolumentos e demais valores pagos não contingenciados, depósitos judiciais e outras informações.



4- Indicadores de Desempenho de Gestão

Os indicadores da gestão administrativa foram estabelecidos no capítulo VIII, Art. 19 do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa:

- I. Despesas Administrativas em relação ao total de participantes
- II. Despesas Administrativas em relação aos recursos garantidores;
- III. Despesas Administrativas em relação ao Ativo total;
- IV. Despesas Administrativas com pessoal e encargos em relação aos recursos garantidores;
- V. Limite da taxa de administração;
- VI. Índice de cobertura das despesas administrativas;
- VII. Despesas administrativas em relação ao fundo administrativo; e
- VIII. Constituição/Reversão do fundo administrativo.

Anualmente, o CDE aprova as metas para os indicadores da gestão administrativa. Com base no acompanhamento efetuado, abaixo, apresentamos as variações no 1º semestre de 2022 e na sequência os principais fatores:

Descrição	Interpretação	junho/2022		
		Previsto	Realizado	Varição
I. Despesas Administrativas / Número de participantes	Demonstra o valor médio em Reais da Despesas Administrativa por participante.	R\$ 2.938,18	R\$ 2.627,04	-10,5897%
II. Despesas Administrativas / Recursos Garantidores	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de seus recursos garantidores e de suas despesas administrativas.	0,2770%	0,2693%	-2,7760%
III. Despesas Administrativas / Ativo Total	Demonstra o percentual do Ativo Total que está sendo utilizado para cobertura das Despesas Administrativa.	0,2714%	0,2545%	-6,2402%
IV. Despesas Administrativas com Pessoal e Encargos / Recursos Garantidores	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de seus recursos garantidores e de suas despesas administrativas com pessoal e encargos.	0,1710%	0,1771%	3,5486%
V. Custeio Administrativo / Recursos Garantidores	Quanto maior o percentual, mais próximo a entidade estará de comprometer o limite de transferência do custeio administrativo.	0,1983%	0,2113%	6,5669%
		0,1976%	0,2337%	18,3060%
		0,0000%	0,0885%	100,0000%
		0,1968%	0,1978%	0,5147%
VII. Receitas Administrativas / Despesas Administrativas	Como tendência, quanto maior o indicador, melhor o resultado apurado no período.	107,1562%	129,0472%	20,4291%
VIII. Despesas Administrativas / Fundo Administrativo	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de suas despesas administrativas.	13,5131%	11,8758%	-12,1163%
IX. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo / Fundo Administrativo do exercício anterior	Quanto maior o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na manutenção do crescimento real do Fundo Administrativo.	0,1974%	2,7167%	1276,4867%

Todos os indicadores estão dentro do esperado ou superaram os índices previstos, demonstrando eficiência da Entidade na gestão de suas despesas administrativas.



IX Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade

A Gestão Integrada de Riscos deve estar alicerçada na identificação, monitoramento e controle dos fatores de risco que impactam os objetivos da Entidade, cabendo aos seus dirigentes aprovar e rever de forma periódica a estratégia adotada para seu gerenciamento, o que envolve a identificação destes riscos a que a Entidade está exposta, o estabelecimento de níveis aceitáveis de tomada de risco, com permanente gerenciamento e com o objetivo de medir, monitorar e controlar os riscos identificados.

O processo de gerenciamento de riscos da Entidade deve buscar identificar e considerar fatores internos – planos administrados; qualificação técnica dos profissionais; estrutura organizacional, bem como fatores externos – cenário econômico-financeiro.

Em 2021, a Eletros envidou esforços na contratação e realocação de profissionais para atender a reestruturação organizacional aprovada pelo Conselho Deliberativo.

O Conselho Fiscal, nas suas reuniões ordinárias, conta com apresentações realizadas pelas áreas de Auditoria Interna (AUD) e Gestão de Riscos (PRG), tomando conhecimento das iniciativas desenvolvidas por ambas as áreas e tem apresentado, especialmente à PRG sugestões de melhorias.

a. Gestão de Riscos

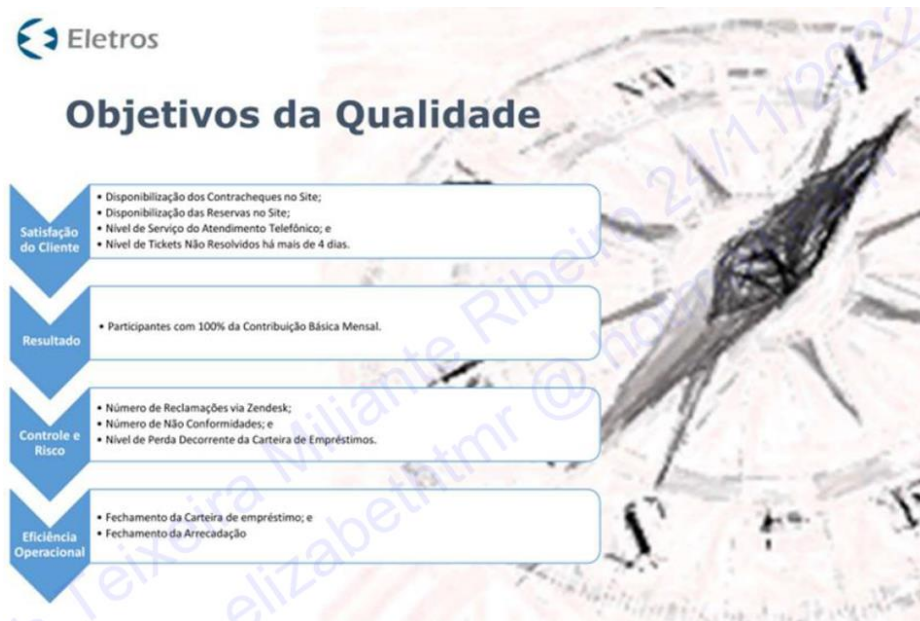
À luz da CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, todos os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da EFPC devem ser continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados e, instrui ainda que, os riscos devem ser identificados por tipo de exposição e avaliados quanto à sua probabilidade de incidência e quanto ao seu impacto nos objetivos e metas traçados pela entidade.

No primeiro semestre de 2022, o Conselho Fiscal observou que a PRG - Gerência da Gestão de Riscos envidou esforços no sentido de avaliar e reestruturar o Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ, incluindo a reformulação da ferramenta de suporte e mantendo os objetivos anteriormente definidos pela administração, conforme figura 1. Adicionalmente, foi possível observar que a estratégia da administração consiste na implantação/evolução do SGQ por diretoria. Esta estratégia trata de forma fragmentada a empresa, impactando a visão sistêmica dos riscos corporativos.

Considerando os objetivos de qualidade definido e a estratégia de implantação do SGQ por diretoria, destaca-se a não utilização do “pensamento baseado em risco” trazido pela *International Organization for Standardization*, na ISO 9001:2015, no qual estabelece a necessidade das organizações determinarem os seus riscos e oportunidades, planearem e implementarem ações para tratar os riscos e oportunidades com o intuito de aumentar a eficácia do SGQ, alcançar melhores resultados e prevenir efeitos indesejados, bem como fazer uso racional dos recursos. É importante salientar a constatação de que a Matriz de Riscos e Controles da Fundação não foi atualizada.



FIGURA 1



Com o direcionamento tático e apoio da Diretoria de Benefícios Previdenciários, a PRG - a Gerência da Gestão de Riscos coordenou junto à DB, a atualização dos indicadores, processos e procedimentos abrangidos no escopo do Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ, quais são:

- ✓ Disponibilização dos contracheques no site;
- ✓ Disponibilização das reservas no site;
- ✓ Nível de serviço do atendimento telefônico;
- ✓ Nível de Tickets Não Resolvidos há mais de 4 dias;
- ✓ Fechamento da Carteira de empréstimo;
- ✓ Fechamento da Arrecadação;
- ✓ Número de Reclamações via Zendesk;
- ✓ Nível de Perda Decorrente da Carteira de Empréstimo;
- ✓ Número de Não Conformidades;
- ✓ Participantes com 100% da Contribuição Básica Mensal.

Referente ao indicador “disponibilização dos contracheques no site”, o CFE verificou que em maio/2022, no fechamento da folha de benefícios para liberação dos efetivos contracheques, os profissionais envolvidos no controle e na análise do indicador identificaram, por meio de um sinalizador, uma inconsistência no sistema que resultou na necessidade de tratamento pelo fornecedor de sistema. Mesmo tal inconsistência sendo solucionada dentro do prazo do SLA, o ocorrido atrasou a liberação do contracheque. Após análise dos profissionais da Eletros, não foi identificada a necessidade de abertura de uma Não-conformidade, tendo em vista que o processo ocorreu dentro do prazo estipulado. Neste sentido e observado o objetivo deste indicador que é acompanhar a disponibilização do contracheque dentro dos prazos estipulados, cabe ponderar que a ocorrência de inconsistência no sistema e tratamento pelo fornecedor

pode resultar em riscos de natureza operacional, devendo desta forma, sistematicamente, gerar abertura de uma Não-conformidade para adequada formalização da análise dos riscos que podem acarretar perda de integridade e confidencialidade dos dados e/ou informações. A condição de abertura sistemática de uma Não-Conformidade quando ocorrer inconsistências no sistema permitirá que o indicador “número de não conformidades” alcance o seu objetivo de Controle e Risco.

Referente ao indicador “disponibilização das reservas no site”, o CFE observou que a Eletros estabeleceu indicador considerando a transversalidade do processo com outras diretorias e neste sentido implementou controles compensatórios que permitem a Gerência de Riscos acompanhar o processo e registrar possíveis atrasos em cada uma das etapas realizadas em outras diretorias, onde não foi implantado o SGQ. Neste sentido e observado que o objetivo deste indicador é a disponibilização das reservas no site até o 13º dia útil do mês subsequente, cabe ponderar que a fragmentação do processo pode acarretar perda de integridade dos dados e/ou informações, em especial se não for suportado por um sistema integrado que calcule **automaticamente** os valores das cotas a partir das entradas das informações nas áreas de negócio (arrecadação, tesouraria, empréstimos, etc).

Referente ao indicador “fechamento da carteira de empréstimos”, em novembro/2022, o CFE teve acesso à informação de que as parametrizações e customizações realizadas no sistema de empréstimos da Sínquia, rotineiramente, apresentava inconsistências, inclusive no primeiro semestre de 2022. Neste sentido, observou que a Diretoria de Benefícios solicitou ao provedor de serviço desenvolver um novo módulo de empréstimos para implementar na Eletros em 2022 e criou o referido indicador visando o aprimoramento e identificação dos problemas. Não obstante a manifestação se reporte ao primeiro semestre de 2022, cabe destacar que, na 453ª Reunião do CFE, de 30 de novembro de 2022, o CFE deliberou pela criação de um comitê no âmbito do próprio CFE, com membros eleitos pelos participantes e assistidos para fiscalização tempestiva deste tema.

Referente ao indicador “nível de perda decorrente da carteira de empréstimos”, o CFE observou que a Eletros revisou o indicador para mensurar o risco de crédito no âmbito do monitoramento da provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD.

Referente ao indicador “número de não conformidades”, o CFE observou que o objetivo da administração é medir o número de Não Conformidades identificadas nos processos visando avaliar a maturidade dos processos que fazem parte do escopo do SGQ e a quantidade de ações que precisam ser observadas em cada um desses processos. Neste sentido, cabe destacar o aspecto positivo de iniciativa da diretoria e a relevância do indicador. Entende ainda que, para alcance efetivo da eficácia do indicador é necessário que esteja atrelado a aferição da qualidade dos sistemas que suportam os processos. Neste sentido, cabe destacar o fato de que, a inconsistência ocorrida em maio/22, relativa ao indicador “disponibilização dos contracheques no site” não gerou evento de Não Conformidade, dificultando: (i) aferição da qualidade do processo/sistema; (ii) adequada transparência do evento ocorrido na apuração do indicador “disponibilização dos contracheques no site”; e (iii) identificar a causa-raiz do problema.

Referente ao indicador “Participantes com 100% da Contribuição Básica Mensal”, o CFE observou que a administração revisou o indicador que permite monitorar a consciência



previdenciária dos participantes e respectivo aumento do Patrimônio de cada Plano de Benefícios administrado pela Eletros.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal verificou as ações elencadas abaixo para manter o referido sistema em linha com o Planejamento Estratégico da Eletros:

- ✓ Treinamentos voltados para as equipes sobre SGQ - Para fortalecer a relação de pertencimento;
- ✓ Atualização da Matriz de Responsabilidade – Trazendo protagonismo aos facilitadores e fortalecer uma atuação mais tática à equipe do SGQ;
- ✓ Revisão do formato de elaboração das RAPs (Reunião de Acompanhamento de Processo) e das RACs (Reunião de Análise Crítica) – Os documentos passaram a contar com conteúdo mais detalhado a sua periodicidade também reduziu para uma frequência mensal.
- ✓ Revisão dos POPs – Procedimentos Operacionais Padrão da DBR, DBA e SGQ (PRG) - Para garantir a aderência do que é tácito e dentro do arcabouço legal;
- ✓ Revisão dos Processos (Fluxogramas) da DBR, DBA e SGQ (PRG) – Garantindo um fluxo de processos mais otimizados;
- ✓ Revisão dos Indicadores de Qualidade - Tendo como documentos de referência: Política de Qualidade, Escopo de Qualidade e Objetivos da Qualidade, os indicadores passam a ser medidos diretamente na ferramenta do SoftExpert é gerado pelos respectivos facilitadores, garantindo agilidade e atuação tempestiva em casos de necessidade;
- ✓ Contratação dos serviços da PDCA – Para a realização da Auditoria Interna;
- ✓ Contratação dos serviços da ABNT – Para a realização da Auditoria de Certificação ISO 9.001:2015

Ainda sobre os indicadores, destaca-se que foram mantidos 10 dos 13 anteriormente existentes. Neste sentido, foram cancelados:

1. Disponibilização de Contabilização da Folha - A interface entre o sistema *ScafPlus* e *TrustPrev* já foi consolidada através da adequada parametrização e customização, não havendo mais necessidade de monitoramento;

2. Envio de Cartas de Cobranças mensais às Patrocinadoras - Após o processo de migração dos Planos BD Eletrobrás e do Plano CD Eletrobrás as patrocinadoras liquidaram todos os passivos de acordo com os Termos de Migração aprovado no processo de migração entre planos;

3. Participantes com Contribuição Adicional Mensal - Campanha de Contribuição Adicional é realizada constantemente através da Educação Financeira e Previdenciária e de benefício fiscal de forma pontual. São poucas as ações que conseguem manter um aporte constante para gerar resultados.

Referente a revisão dos indicadores citados anteriormente destaca-se que:

- i. A métrica foi atualizada, de forma a terem pontuação entre 0 e 100, deixando de existir medições negativas ou superiores a 100, trazendo mais facilidade de interpretação dos dados;



- ii. O indicador referente à Disponibilização de Reservas no Site passou a estar atrelado a liberação mensal das Cotas da Eletros;
- iii. Os indicadores passaram a ser mantidos pelos seus respectivos facilitadores e donos dos processos ao qual esteja relacionado, trazendo mais agilidade e informações pertinentes às medições realizadas;
- iv. Os indicadores passaram a ser gerados dentro do *SoftExpert*, para tanto houve treinamento e elaboração de manual para que os facilitadores pudessem atuar adequadamente, considerando a mudança estabelecida.
- v. O não cumprimento das metas estabelecidas e acompanhadas através do monitoramento dos indicadores por 3 (três) meses subsequentes, gera a abertura automática de uma Não-Conformidade, o que exige a abertura de plano de ação para o seu tratamento; e
- vi. Os indicadores foram revistos e mantiveram os Objetivos da Qualidade, a sua Política de Qualidade e seu Escopo.

Adicionalmente, o CFE observou a continuidade das práticas iniciadas pela PRG em junho de 2021, para a gestão dos riscos de investimentos, por meio dos relatórios apresentados nas reuniões da DEE e CEI. Tais práticas permitem à administração da Eletros acompanhar, por meio de indicadores, os riscos de crédito; liquidez, mercado; legal (aderência à política de investimento; aderência à resolução 4.661; aderência das rentabilidades e aderência ao regulamento de gestão interna e externa). O CFE observou ainda, por meio dos relatórios de autonomia, a continuidade da prática de gestão de riscos de investimentos no âmbito do controle e monitorando das alçadas de decisão, de cada instância, para aprovação da aplicação dos recursos dos planos da entidade.

A partir da avaliação do exposto há possibilidades de melhoria que serão exploradas e deliberadas no colegiado do CFE, com vistas a constar do relatório do ano de 2022 e sendo esse um relatório parcial, com foco no primeiro semestre de 2022, destacamos algumas ações que serão discutidas no CFE com o intuito de serem contempladas no relatório do ano de 2022, as quais elencamos como pontos de reflexão futura:

1. Estruturar e implantar um processo de Gestão Integrada de Riscos utilizando uma abordagem sistêmica, ou seja, não fragmentada por diretoria visando desenvolver ações para identificar, avaliar, controlar e monitorar, por meio de indicadores, os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da Eletros, incluindo, mas não se limitando aos riscos: Atuarial; TI; Segurança da Informação; Compliance; Estratégicos; entre outros.
2. Abordar a Gestão Integrada dos Riscos no âmbito do SGQ, de forma sistêmica/holística, conforme práticas da ISO 9001:2015.
3. Registrar as análises dos indicadores em um nível de detalhe que permita formalmente: (i) transmitir o conhecimento para todas as partes interessadas, atuais e futuras, documentando os fatos ocorridos e raciocínios utilizados de forma a manter o histórico, permitindo ainda alavancar o desenvolvimento contínuo de novas ideias, bem como economia, em especial, no caso de rotatividade dos profissionais; (ii) rastrear todas as interações nos processos e sistemas/ferramentas; (iii) suportar as tomadas de decisão; e (iv) permitir aos órgãos fiscalizadores, atuar na avaliação da eficácia dos indicadores e



quando estes estiverem atrelados/correlacionados aos riscos corporativos da Fundação, atuar na avaliação da gestão integrada dos riscos.

4. Gerar, sistematicamente e automaticamente, abertura de não-conformidade no caso de inconsistências nos sistemas de forma que, os riscos e controles possam ser tempestivamente formalizados, avaliados, endereçados e monitorados.

b. Controles Internos

(i) Auditoria Externa

Um ponto de controle relevante é o fato de a Fundação contar com os serviços de auditoria independente executados pela BDO RCS Auditores Independentes SS, para revisar e emitir opinião sobre as demonstrações contábeis da Entidade. Como decorrência, o Conselho Fiscal se reuniu com a empresa de auditoria independente BDO que emitiu seu Relatório de Revisão Limitada sobre as demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2022, datado de 22 de agosto de 2022, sendo parte integrante da pauta da 449ª reunião do CFE, de 29/09/2022, onde cabe destacar que a opinião dos auditores independentes foi sem ênfases ou ressalvas, e declararam que:

“Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC)”.

(ii) Auditorias Interna e das Patrocinadoras

Auditoria Interna

No primeiro semestre de 2022, o CFE observou o resultado dos trabalhos realizados pela Gerência de Auditoria Interna – AUD ao longo de 2021 e formalizado no Relatório Anual de Auditoria Interna – RAAI/2021.

Dos 9 (nove) escopos avaliados, 4 (quatro) geraram planos de ação para a mitigação de fragilidades identificadas.



QUADRO RESUMO DA AUDITORIA INTERNA PROGRAMADA

ESCOPO	OBJETIVO	MACROPROCESSO	AVALIAÇÃO	CRITICIDADE
01	Verificar a consistência da base cadastral dos Planos BD e CD Eletrobras	Atuarial	Com Recomendação	Média
02	Verificar a conformidade da gestão dos investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA ao previsto na Política de Investimentos e na legislação de referência	Investimentos	Adequado	Baixa
03	Avaliar a eficácia dos controles internos para a divulgação de informações corporativas	Comunicação	Adequado	Baixa
04	Verificar a adequação dos registros contábeis dos Títulos e Valores Mobiliários	Contábil	Adequado	Baixa
05	Verificar a execução dos procedimentos e a eficácia dos controles internos para o atendimento remoto aos participantes	Relacionamento	Dirimida por consultoria jurídica externa	Baixa
06	Avaliar os controles internos existentes e a regularidade dos registros obrigatórios	Investimentos	Com Recomendação	Baixa
07	Verificar a execução dos procedimentos e a eficácia dos controles internos para a mitigação dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo	Riscos	Com Recomendação	Alta
08	Avaliar os controles internos existentes para a proteção dos dados pessoais geridos pela Entidade	Tecnologia	Com Recomendação	Alta
09	Avaliar a conformidade do Estatuto da Eletros frente a legislação de referência	Governança	Adequado, com oportunidade de melhorias	Baixa

O CFE acompanhou os planos de ação em suas reuniões mensais. No fechamento do primeiro semestre os planos de ação apresentavam o seguinte *status*:

QUADRO RESUMO DOS PLANOS DE AÇÃO - RAAI/2021

ESCOPO	OBJETIVO	PROCESSO/RESPONSÁVEL	RECOMENDAÇÃO	CRITICIDADE	PRAZO	STATUS
01	Verificar a consistência da base cadastral dos Planos BD e CD Eletrobras	Atuarial DBR	- Implementar os controles internos complementares que reflitam fidedignamente a situação dos participantes, aposentados e pensionistas na data de referência da base cadastral, ou seja, no momento da geração do arquivo.	Média	Jun*/22	Em Andamento
06	Avaliar os controles internos existentes e a regularidade dos registros obrigatórios	Investimentos PRG	- Constituição de comitê específico para tratar da gestão dos riscos dos investimentos, sob coordenação do ARGR, vedada a participação do AETQ, nos termos da legislação aplicável.	Baixa	Jul*/22	Em Andamento
07	Verificar a execução dos procedimentos e a eficácia dos controles internos para a mitigação dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo	Riscos PRG	- Elaboração do fluxo do processo/procedimento operacional	Alta	Mai*/22	Concluído
08	Avaliar os controles internos existentes para a proteção dos dados pessoais geridos pela Entidade	Tecnologia DPO	- Pseudonimização da base cadastral legada. - Revisão dos contratos previstos no projeto de adequação.	Alta	Mai*/22	Em Andamento

* 31.05.22 / * 30.06.22 / * 31.07.22

Em relação ao critério de classificação dos riscos utilizado pela Auditoria Interna, o CFE observou que são realizados testes substantivos e considerado o resultado destes para a classificação do risco, independente da probabilidade de ocorrência e impacto no alcance dos objetivos da Eletros. Neste contexto, não foi apresentado ao CFE os procedimentos e ferramentas utilizados nos testes, de forma a demonstrar os padrões e métodos utilizados pela auditoria interna e que permita ao CFE, avaliar a eficácia dos mesmos. Destaca-se ainda, o fato de a Eletros não possuir indicadores para mensurar a eficácia dos controles internos, o que dificulta efetivamente a avaliação da incidência de eventos indesejáveis.

No primeiro trimestre de 2022 foi apresentado ao CFE o Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2022 – PAAI/2022. Nele consta o planejamento dos trabalhos de auditoria a serem realizados distribuídos em 7 (sete) atividades distintas, conforme quadro abaixo:



REF	TOTAL DE HORAS ÚTEIS LÍQUIDAS - 2022	H/h	%
		3.632	100
01	Atividades Administrativas da AUD (Elaboração PAAI/RAAI, Ouvidoria/Canal de Integridade, Estruturação, etc)	390	11
02	Auditorias Programadas	2.070	57
03	Auditorias/Demandas Extraordinárias	200	6
04	Assessoramento aos Órgãos Colegiados (CDE/CFE/DEE)	300	8
05	Atendimento aos Órgãos de Controle Externo (PREVIC, TCU, CGU, Patrocinadoras)	400	11
06	Monitoramento da implantação das recomendações dos Órgãos de Controle Externo e do CFE	200	6
07	Capacitações e Treinamentos	72	2

Neste sentido, o CFE observou que não fazia parte do escopo da Auditoria Interna – PAAI/2022, a avaliação de controles internos para minimizar riscos de concessões e pagamentos indevidos pela entidade.

A partir da avaliação do exposto há possibilidades de melhoria que serão exploradas e deliberadas no colegiado do CFE, com vistas a constar do relatório do ano de 2022 e sendo esse um relatório parcial, com foco no primeiro semestre de 2022, destacamos algumas ações que serão discutidas no CFE com o intuito de serem contempladas no relatório do ano de 2022, as quais elencamos como pontos de reflexão futura:

1. Constar do Plano de Trabalho da Auditoria Interna, a avaliação de controles internos relacionados à concessão, manutenção e pagamentos dos benefícios, em especial do Plano BD Eletrobrás dado a sua complexidade e vínculo com regras do INSS, bem como a avaliação da eficácia dos controles internos, por meio de testes de aderência formais dos controles internos.
2. Rever o critério de classificação de Riscos, considerando à sua probabilidade de incidência e o impacto nos objetivos e metas traçados pela entidade, bem como alinhar com o critério utilizado institucionalmente.

Auditoria Interna das Patrocinadoras

No período de referência do presente relatório não houve trabalho de auditoria realizado pelas patrocinadoras dos planos de benefícios. Restava, no entanto, um plano de ação oriundo de trabalhos realizados em períodos anteriores, qual seja:

“6.1 INEXISTÊNCIA DE CRONOGRAMA PARA A ELABORAÇÃO TEMPESTIVA DO RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL



Definir, por meio de atuação conjunta entre a administração e o Conselho Fiscal, um cronograma para elaboração tempestiva do Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal (Relatório de Controles Internos), que discipline a emissão semestral do Relatório.”

Importante destacar que, no follow-up realizado pela auditoria interna da Eletrobras, a recomendação 6.1 foi considerada atendida.

(iii) Ambiente de Controles Internos

De acordo com a CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, os sistemas de controles internos devem ser continuamente reavaliados e aprimorados pela EFPC, com procedimentos apropriados para os riscos mais relevantes.

Em relação aos aspectos orientados à estruturação de um ambiente de controles internos que visa manter a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados e/ou informações, o CFE não identificou ações estruturadas para avaliar e aprimorar continuamente, os controles internos que minimizem os riscos mais relevantes da Eletros, bem como não foi identificado indicadores que permitam avaliação e acompanhamento do desempenho e da eficácia dos controles internos associados.

De acordo com a CGPC nº 13 ainda, a administração da entidade deve reportar ao conselho fiscal, as deficiências relevantes da entidade.

Nas práticas adotadas pelo Conselho Fiscal, além das agendas que buscam estabelecer canais de comunicação que permitem a interação com a entidade para compreender a formação do resultado e os riscos associados, o Conselho Fiscal da Eletros mantém também em sua pauta de reunião mensal, o item permanente “Principais Destaques da Diretoria” que permite a diretoria executiva reportar qualquer fato que entenda relevante. Neste sentido, o Conselho Fiscal informa que no período referente a este relatório, a DEE não relatou ao CFE quaisquer deficiências relevantes da Fundação.

A partir da avaliação do exposto há possibilidades de melhoria que serão exploradas e deliberadas no colegiado do CFE, com vistas a constar do relatório do ano de 2022 e sendo esse um relatório parcial, com foco no primeiro semestre de 2022, destacamos algumas ações que serão discutidas no CFE com o intuito de serem contempladas no relatório do ano de 2022, as quais elencamos como pontos de reflexão futura:

1. Identificar e documentar os controles que minimizam os riscos relevantes da Fundação, por meio de uma Matriz de Riscos e Controles.
2. Estabelecer indicadores que permitam avaliar a eficácia dos controles internos.
3. Para os controles internos que se mostrem insuficientes, inadequados, impróprios ou inexistentes devem ser estabelecidas ações para implantação de controles visando minimizar os riscos relevantes para a Fundação.



4. Estabelecer acompanhamento periódico das ações que visam correção das deficiências encontradas.

c. Compliance

O *Compliance*, de forma sistêmica, permeia todos os níveis da organização e é composto por um conjunto de elementos que atendem a três finalidades básicas: prevenir, detectar e responder.

As boas práticas definem que o *compliance* é um processo contínuo e o resultado de uma organização que cumpre suas obrigações éticas e legais.

Cabe à Gestão de *Compliance* estimular não somente o cumprimento de leis e regras, a prevenção e detecção de condutas ilícitas, mas também encorajar, no âmbito institucional, a vontade de cumprir a lei e de agir eticamente, o que só é possível de forma holística, pois abrange aspectos de governança, conduta e transparência e de forma integrada a outros processos como: gestão de riscos, gestão de projetos, auditorias, etc.

Neste sentido, o CFE observou as seguintes atividades desenvolvidas pela PRJ nesse escopo:

- ❖ O assessoramento à elaboração, revisão e divulgação de Políticas, Regimentos e Normativos internos;
- ❖ Identificação e reporte às áreas da legislação pertinente ao setor de previdência complementar no Brasil;
- ❖ Gestão do calendário de obrigações legais;
- ❖ *Verificação da conformidade documental referente aos benefícios concedidos no mês;*
- ❖ Análise da conformidade documental de parceiros de negócio, fornecedores e prestadores de serviços.

Referente ao assessoramento à elaboração e/ou revisão de Políticas, Regimentos e Normativos internos, o CFE observou que para cada normativo revisado ou criado, a PRJ emitiu uma Opinião Legal e de Conformidade e, segundo memorando emitido pela área, foi analisado a pertinência do documento e os aspectos legais e de conformidade.

No primeiro semestre de 2022, 19 normativos internos foram aprovados/revisados:



TIPO	DESCRIÇÃO	APROVAÇÃO / REVOGAÇÃO	DATA APROVAÇÃO / REVOGAÇÃO	EDIÇÃO	REUNIÃO
Código	Conduta Ética	CDE	06/05/2022	4ª	470ª
Manual	Organização Interna	CDE	06/05/2022	2ª	470ª
Norma	de Uso e Gestão de Mídias Sociais e Apps de Comunicação	DEE	01/02/2022	1ª	1176ª
Norma	Norma de Treinamento e Desenvolvimento Pessoal	DEE	03/05/2022	1ª	1190ª
Norma	Avaliação de Gestores de Fundos e Carteiras	DEE	10/05/2022	3ª	1191ª
Norma	Perfis de Investimento	DEE	10/05/2022	5ª	1191ª
Norma	Seleção de Corretoras	DEE	10/05/2022	4ª	1191ª
Norma	Recrutamento, Seleção, Admissão e Desligamento de Pessoal	DEE	12/07/2022	3ª	1204ª
Política	Comunicação e Relacionamento	CDE	06/05/2022	3ª	470ª
Política	Aquisição de Bens e Serviços	CDE	21/02/2022	4ª	463ª
Política	Contábil	CDE	27/05/2022	1ª	476ª
Programa	de Concessão de Benefícios de Gestão de Pessoal	DEE	12/07/2022	1ª	1204ª
Regimento	Interno do CDE	CDE	11/05/2022	3ª	472ª
Regimento	Interno do CFE	CFE	28/03/2022	4ª	438ª
Regimento	Comitê de Conduta Ética da Eletros - CCE	CDE	06/05/2022	5ª	470ª
Regimento	Comitê Executivo de Investimentos - CEI	CDE	21/02/2022	7ª	463ª
Regimento	Comitê Gestor de Carteiras - CGC	CDE	21/02/2022	6ª	463ª
Regimento	Interno da DEE	CDE	02/02/2022	3ª	460ª
Regimento	Comitê de Gestão Previdenciária - CGP	CDE	06/05/2022	5ª	470ª
Regimento	Comitê de Segurança da Informação e Privacidade (CSIP)	CDE	27/05/2022	2ª	476ª
Regulamento	Plano de Gestão Administrativa - PGA	CDE	02/02/2022	6ª	460ª

Referente à análise da conformidade documental de parceiros de negócio, fornecedores e prestadores de serviços, o CFE, por meio do Relatório de Compliance nº001/2022 emitido pela área, referente ao 1º semestre de 2022, foi realizada avaliação da documentação encaminhada pelos fornecedores/ prestadores de serviços, observando a validade e a exatidão dos requisitos estabelecidos na Política e na Norma de Aquisição de Bens e Serviços, orientações quanto às melhores práticas, além da avaliação do instrumento contratual à luz das diretrizes internas e da legislação.

De acordo com o relato da área, foram analisadas as documentações de 25 processos de aquisição de bens e serviços, sendo que destas, 19 resultaram em novos contratos, abaixo relacionados:

Empresa	Reunião DEE	Diretoria	Área Responsável	Tipo	Objeto	Código
ZENDESK BRASIL SOFTWARE CORPORATIVO LTDA	1172	PR	PRT	Sistema	Renovação anual da ferramenta de chat para atendimento aos participantes e assistidos (Software Zendesk)	CS-739-D/22
BMP DO BRASIL CARTÕES MAGNÉTICOS LTDA.	1172	PR	PRA	Gestão de Pessoal	Reajuste do valor do serviço de impressão dos infomes de rendimentos	CS-824-A/22
VENTURE CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1175	DB	DBR	Consultoria	Apoio a Revisão, Manutenção, Sustentação e Operação das atividades do SGQ da ELETROS	CS-841/22
JUNQUEIRA DE CARVALHO E MURGEL ADVOGADOS ASSOCIADOS - JCM	1175	PR	PRJ	Consultoria Jurídica	Assessoria jurídica no processo de migração para o Plano CD I	CS-804-A/22
SOCIAL CONTACT CENTER ATENDIMENTO INTERATIVO LTDA - ME (AGENCIA FROG)	1175	PR	PRC	Comunicação / Migração	Consultoria especializada em comunicação, marketing e gestão de crise, para migração previdenciária CD I	CS-794-D/22
TBA ATUÁRIOS E PERITOS ASSOCIADOS	1178	DB	DBA	Consultoria Atuarial	Assistência técnica atuarial no processo de migração do Plano CD para o Plano CD I	CS-843/22
RIO & MONDIAL COMERCIO E SERVICOS	1179	PR	PRA	Gestão de Pessoal	Impressão de crachás para acesso às dependências da empresa e marcação de ponto de funcionários	CS-842/22
D4S SERVIÇOS EM TECNOLOGIA	1184	PR	PRT	Assinatura Eletrônica	Renovação da assinatura eletrônica pela plataforma www.d4sign.com.br	CS-816-A/22
PARAMITA TECNOLOGIA CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA	1187	DF	DFI	Sistema	Licença De Uso Do Software Quantum Axis Online	CD-051-G/22
LIBERTY SEGUROS	1189	PR	PRA	Seguro	Renovação do seguro D&O	CG-035/22
VENTURE CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1191	PR	PRG	Consultoria	Apoio, Suporte e Manutenção do SGQ utilizando como base a ferramenta da Softexpert	CS-847/22
55 TELECOM COMUNICAÇÃO LTDA	1193	PR	PRT	Migração / Telefonia	Telefonia PABX Virtual Da Plataforma 55PBX e exclusão das licenças usadas para o atendimento do Projeto de Migração para o Plano CD I	CS-787-B/22
BIOVET SERVIÇOS	1199	PR	PRA	Sanitização	Sanitização dos andares da Eletros (Metropolitan Center - Uruguaiana, 174/6º e 7º)	CS-851/22
ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS	1200	PR	PRG	Auditoria de Qualidade	Serviços de auditoria para atestar a conformidade do Sistema de Gestão de Qualidade - Recertificação do SGQ	CS-849/22
PDCA SERVIÇOS DE APOIO EMPRESARIAL	1200	PR	PRG	Auditoria de Qualidade	Auditoria interna do sistema de gestão da qualidade - SGQ	CS-850/22
WILLIS TOWERS WATSON CONSULTORIA ATUARIAL	1205	DB	DBA	Consultoria Atuarial	Serviço de consultoria atuarial para o Plano BD Eletrobrás, exercícios 2022 a 2024	CS-853/22

Referente a Gestão do calendário de obrigações legais, o CFE, por meio do Relatório de Compliance nº001/2022 emitido pela área, observou que a Eletros utiliza o Calendário de Obrigações da ABRAPP, como ferramenta auxiliar indicativa, para controlar e monitorar os prazos de cumprimento das obrigações legais aplicáveis às EFPC.

Com o apoio desta ferramenta, as atividades regulatórias e as obrigações estruturais são associadas aos respectivos responsáveis (gestores e operadores do calendário) e revisadas continuamente, de modo a assegurar que os responsáveis pelos processos de negócio da Eletros sejam informados e também registrem o atendimento à atividade legal.

Outrossim, gestores e operadores têm sido notificados e alertados regularmente sobre as atualizações do suporte ao *CompliAsset*, sobretudo quanto às funcionalidades ainda inoperantes, acesso, inclusão de novos operadores, obrigações recém cadastradas, vencidas e relatórios gerados.

De acordo com o memorando da área, a despeito da transição de sistemas, que demandou a reconfiguração manual dos operadores/ gestores do calendário e das respectivas obrigações associadas, durante o primeiro semestre de 2022 não foram verificados ou reportados incidentes relacionados ao descumprimento de obrigações.



Referente a verificação da conformidade documental referente aos benefícios concedidos no mês, o CFE, por meio de memorando emitido pela área, observou que a PRJ verifica e atesta a conformidade e aderência da documentação necessária para a concessão de benefícios requeridos no mês por participantes, assistidos e seus beneficiários. De acordo com o Relatório de Compliance nº001/2022 emitido pela área, os processos e a respectiva documentação são compartilhados pela Gerência de Relacionamento e Benefícios - DBR, após a revisão e validação dos cálculos atuariais pela Gerência Atuarial - DBA.

Durante o primeiro semestre de 2022, foi verificada e atestada a conformidade documental de 51 benefícios concedidos.

Referente a identificação e reporte às áreas da legislação pertinente ao setor de previdência complementar no Brasil, no que tange as obrigações legais, o CFE observou ações da área para a identificação de novidades e alterações na legislação aplicável às EFPCs são realizados diariamente por meio dos portais eletrônicos oficiais dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, como: Ministério Público do Trabalho - MTP, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Receita Federal do Brasil - RFB, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Banco Central - BACEN, Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, além do próprio Diário Oficial da União - DOU.

Visando tornar a informação mais tangível e didática para os destinatários, a PRJ instituiu um padrão de comunicação da legislação, que contempla informações diretas como o objeto da norma (do que se trata), o que mudou, data da publicação e da produção de seus efeitos, áreas impactadas, normas revogadas e eventuais pontos de atenção.

Durante o primeiro semestre de 2022, foram reportadas internamente 15 novas legislações/alterações normativas no formato descrito. Entretanto, atentos às oportunidades de melhoria e apontamentos de auditoria interna, foi discutida no âmbito do SGQ, a possibilidade de aprimoramento e automatização dessa atividade através de um workflow definido no sistema SE Suite, facilitando o monitoramento dos processos internos e a aderência destes às alterações normativas. Esse trabalho teve início no final do 1º semestre e, de acordo com a área, atualmente, encontra-se em fase final de implementação.

Neste aspecto, cabe os seguintes destaques: (i) a Gestão de Compliance carece de ações para minimizar os riscos do não compliance e, neste sentido, desenvolver ações para coordenar o processo de Resposta à identificação de novas e modificadas obrigações legais, bem como estabelecer indicadores de acompanhamento; e (ii) a ferramenta de workflow não foi parametrizada para formalizar e controlar a resposta do responsável / gestor da área de negócio no que diz respeito ao tratamento dispensado à informação das alterações normativas.

Importante destacar com relação a este fato é a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD que entrou em vigor em 2021, estando a Fundação não compliance.

A partir da avaliação do exposto há possibilidades de melhoria que serão exploradas e deliberadas no colegiado do CFE, com vistas a constar do relatório do ano de 2022 e sendo esse um relatório parcial, com foco no primeiro semestre de 2022, destacamos algumas ações que serão discutidas no CFE com o intuito de serem contempladas no relatório do ano de 2022, as quais elencamos como pontos de reflexão futura:

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º e 7º andar

Rio de Janeiro - Brasil - CEP: 20050-092

Tel: (21) 2179 - 4700 - www.ELETROS.com.br

Observação: O documento original assinado está arquivado na Eletros.



1. Estruturar o processo de gerenciamento de compliance, considerando o risco de não-compliance, integrado prioritariamente ao processo de gerenciamento de riscos e gerenciamento de projetos recomendado no trabalho do PDTI realizado pela Ernst Young.
2. Estabelecer ações de Resposta que incluem, coordenar junto às áreas de negócio e TI: (i) a identificação do nível de aderência (compliance assessment) das novas e modificadas obrigações legais; (ii) a avaliação dos impactos das mudanças no ambiente da empresa (capacitação de recursos humanos, processos e sistemas); e (iii) a definição de planos de ação.
3. Estabelecer ações para acompanhar as implementações das mudanças necessárias, apontadas pelos responsáveis nos planos de ação, visando garantir adequado cumprimento dos prazos legais.
4. Estabelecer ações para definir e implantar indicadores que permitam monitorar o nível de compliance aos requisitos das obrigações legais e próprias e os riscos de não compliance, bem como avaliar a eficácia da gestão das obrigações legais.

d. Relatório de Efetividade da IN 34 - PLD-FT (Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo)

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC editou a Instrução Normativa nº 34, de 28 de outubro de 2020, com sua vigência estabelecida a partir de 1º de março de 2021.

A aludida instrução dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar – EFPC, visando à prevenção da utilização do regime previdenciário para a prática dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, observando também aos dispositivos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

Dentre as novidades trazidas pela Instrução Normativa PREVIC nº 34/2020, destacam-se os seguintes itens, além de outras disposições especificadas naquele normativo, os quais devem ser observados pelas EFPC:

- (i) Realizar avaliação interna de risco;
- (ii) Manter política interna com o objetivo de prevenir práticas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo;
- (iii) Manter o controle do registro, monitoramento e análise das operações;
- (iv) Implementar procedimentos destinados ao conhecimento de empregados, parceiros e prestadores de serviços da EFPC;
- (v) Criar mecanismos de controle interno e avaliação da efetividade de sua política, dispondo os resultados em relatório anual específico.

Dentre as exigências há o Relatório de Efetividade, que contempla as seguintes descrições e análises:



1. Os procedimentos destinados ao conhecimento de clientes, incluindo a verificação e a validação das informações dos clientes e a adequação dos dados cadastrais;
2. Os procedimentos de monitoramento, seleção, análise e comunicação ao COAF, incluindo a avaliação de efetividade dos parâmetros de seleção de operações e de situações suspeitas;
3. Os procedimentos destinados ao conhecimento de funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados;
4. A governança da política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; e
5. As medidas de desenvolvimento da cultura organizacional voltadas à prevenção da lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

A Eletros providenciou o seu Relatório de Efetividade da IN 34 - PREVIC - PLD-FT que contempla as ações referentes ao ano de 2021. A referida avaliação realizada pela administração da Eletros foi documentada em relatório específico, elaborado anualmente, com base em 31 de dezembro de cada ano, e encaminhado até 30 de junho do ano seguinte ao da data-base:

- a) ao comitê de auditoria, quando houver;
- b) ao conselho fiscal; e
- c) ao conselho deliberativo.

Neste sentido, a Eletros atendeu aos prazos estabelecidos na citada Instrução Normativa e o Relatório de Efetividade foi aprovado na 1202ª Reunião de DEE, ocorrida em 30/06/2022 e cientificou, através de e-mail com a mesma data, os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Eletros sobre a sua emissão e cumprimento legal.

e. Canal de Denúncias da Entidade

A Entidade conta com um Canal de Denúncias terceirizado, operado pela empresa Resguarda do Brasil Serviços de Consultoria em Gestão de Riscos Ltda., sendo denominado Canal de Denúncias da Eletros, tendo entrado em operação em fevereiro de 2020. Foi dado conhecimento ao CFE, a partir das informações prestadas pela área de Auditoria Interna da Eletros, de que no período em análise, não foi relatado registro de denúncia no Canal.

f. Planejamento Estratégico

O Conselho Deliberativo da Eletros - CDE na 432ª reunião realizada em 26/04/2021 aprovou o Planejamento Estratégico (PE) 2021-2024.

O Conselho Fiscal, no primeiro semestre de 2022, realizou o acompanhamento periódico da evolução das metas/ações estratégicas. Neste sentido destaque que:

O processo de avaliação para obtenção do Selo de Autorregulação em Governança Corporativa estava sob a avaliação da banca examinadora do ICSS – Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social, no período abrangido nesta manifestação.



Considerando as recomendações do ICSS e com vistas ao aperfeiçoamento e melhoria interna e funcionamento deste Colegiado, o CFE revisou e aprovou o seu Regimento Interno, durante a 438ª Reunião, em 28.03.2022.

Adicionalmente, cabe o registro sobre a revisão do Código de Conduta Ética da Entidade, com vistas a tornar o documento mais robusto e adequado à realidade e valores da Entidade, às boas práticas de Governança Corporativa. Neste sentido foram inseridos e/ou aperfeiçoados temas como por exemplo, administração de situações que podem ensejar conflitos de interesse, o comportamento nas mídias sociais, as normas para relação com partes relacionadas e inclusão de compromissos com: (i) Respeito à diversidade; (ii) Honestidade e Ética; (iii) Integridade; (iv) Transparência; (v) Equidade; (vi) Legalidade; (vii) Confidencialidade; (viii) Respeito aos Direitos Fundamentais de Crianças e Adolescentes; e (ix) Respeito aos Direitos Trabalhistas.

X. Acompanhamento de recomendações do Conselho Fiscal:

No cumprimento de seu programa de trabalho o CFE, ao longo do primeiro semestre de 2022, identificou oportunidades de aperfeiçoamento de processos e controles e sugeriu recomendações.

Adicionalmente também acompanhou as recomendações já exaradas anteriormente e que foram relatadas na Manifestação do ano de 2021 e não haviam sido concluídas no exercício de 2021.

Apresentamos tabela contendo o conjunto de recomendações apontadas pelo CFE:

ORIGEM	ASSUNTO	RECOMENDAÇÃO	DETALHAMENTO DA EVOLUÇÃO	STATUS
ATA 432ª RCFE 15/12/2021	Processo de Migração	O CFE recomendou que devido ao processo em migração do Plano BD Eletrobras/Cepel iniciado em 04 de novembro de 2021, e ainda em curso, que seja evidenciado ao Conselho Deliberativo melhoria estatística proposta, como sendo uma informação relevante ao processo decisório. (Percentis das taxas	Envio da Ata ao CDE em 16 de dez. de 2021 à secretaria do CDE - ASSUNTO: Ata da 432ª RCFE e Parecer sobre as premissas atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Eletros.	ATENDIDO EM 16/12/2021, conforme disponibilização comprovada por e-mail



		atuarias das simulações estocásticas)		
ATA 433 ^a RCFE 22/12/2021	Canal de Denúncias	O CFE solicitou ao Auditor Interno que trimestralmente (trimestre civil) seja reportado ao CFE, por meio de relatório, as ocorrências identificadas pela sua natureza e sua classificação quanto a procedência. No caso das procedentes informar, a indicação do tratamento dado, contemplando, também, as ocorrências encerradas com a indicação do seu resultado. O relatório deverá contemplar as ocorrências que chegarem à ouvidoria e/ou ao Canal de Denúncias.	A partir de janeiro/2022 o auditor interno vem apresentando ao CFE dentro do item "Canal de denúncias e Pad's" os reportes relativa ao assunto. Eventuais denúncias contra membros dos órgãos estatutários recebidas pelo canal seguem a regra de hierarquia de distribuição aprovada pelo CDE, não sendo do conhecimento do AUD a ocorrência deste tipo de registro.	ATENDIDO 440 ^a RCFE - 27/04/2022
ATA 434 RCFE 19/01/2022	Tratamento dado aos participantes	O CFE indagou ao Presidente da Eletros sobre o atual status da consulta da Eletros à PREVIC relativa os participantes ativos do plano BD Eletrobrás que não estavam efetuando o pagamento da contribuição extraordinária por conta da alegada impossibilidade financeira inerente aos limites da margem consignável.	Sobre o assunto, na reunião 1187 ^a RDEE, de 20.04.22, a DEE aprovou o encaminhamento ao CDE de proposta de para que as inadimplências.	ATENDIDO - 469 ^a RCDE em 29/04/2022



<p>ATA 434^a RCFE 19/01/2022</p>	<p>Canal de Denúncias</p>	<p>O CFE recomendou que o conteúdo do memorando de aprovação passe a figurar nas normas e políticas que tratam do tema, inclusive, no que diz respeito a formalização e poder de arquivamento de denúncias, no que foi acompanhado pelos demais conselheiros.</p>	<p>Assunto da alçada do Auditor Interno.</p>	<p>PENDENTE</p>
<p>ATA 439^a RCFE 30/03/2022</p>	<p>Contratações</p>	<p>Informes sobre processos de contratações –Solicitou que a DEE apresente na reunião de Abril/2022 uma relação com todos os fornecedores e/ou prestadores de serviços (contratos vigentes)</p>	<p>Solicitação atendida e a relação de contratações passou a ser apresentada na pauta do CFE.</p>	<p>ATENDIDO - 443^a RCFE 26/05/2022</p>
<p>Ata 440^a RCFE de 27/04/2022</p>	<p>Segurança de dados</p>	<p>O Colegiado do CFE, a recomendou à administração da Eletros que faça um diagnóstico com foco nos riscos e controles quanto a não criptografia de dados, bem como o uso de senha master por terceiros e que acorde, junto ao Colegiado, prazo para apresentar o resultado do diagnóstico. Adicionalmente, o Colegiado ressalta que embora o trabalho de elaboração do PDTI esteja em curso, e que deverá fornecer uma solução definitiva que enderece os riscos identificados, tal recomendação deve ser priorizada.</p>		<p>PENDENTE</p>



<p>Relatório de Manifestação 2º Sem/2021</p>	<p>VIII. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais- b. Westin – Plano BD Eletrobrás</p>	<p>- estudar a possibilidade de elaboração de cálculo atuarial específico para fundamentar adequadamente uma PCLD – EMPRÉSTIMOS para contemplar o possível default do EEV; - agravar o custo do seguro prestamista cobrado dos novos empréstimos financeiros (não Vesting), com objetivo de constituir um adequado FGE que suporte defaults do EEV; - estudar medidas compensatórias à rentabilidade negativa da carteira de empréstimos do Plano BD Eletrobrás (Vesting) dado decorrer os EEV, com suas distorções, à época de sua respectiva concessão, recomendando, também, que tais análises ocorram de forma prévia ao processo de migração, dado sua repercussão no processo decisório dos participantes, notadamente do Plano BD; - necessidade de identificar os riscos relacionados ao tema recomendando, ainda, que os mesmos fossem destacados no material de divulgação/orientação do processo de migração a ser disponibilizado aos participantes; - reiterou a recomendação de avaliação do tema antes do início da migração, conforme manifestações anteriores constantes das Atas das reuniões 423ª e 425ª deste Colegiado.</p>	<p>'A Diretoria Executiva da Eletros registrou na ata da 1.169ª reunião do Colegiado a manifestação da Administração quanto às recomendações, assentando o entendimento de que os apontamentos foram atendidos em função de medidas já adotadas pela Administração, inclusive com apresentações para o CFE e para o CDE. A respeito, O CDE deliberou sobre as novas taxas de empréstimos e prestamistas em sua 422a. Reunião, de 11/12/2020, de acordo com da Proposta da DEE ao CDE que considerou as recomendações do CFE acerca do empréstimo Vesting, conforme a Ata da 422a. Reunião, item 6, fundamentado pela Apresentação, Notas Técnicas anexas, atendendo assim, à parte da recomendação da Ata da 414a Reunião do CFE. A aprovação da migração ocorreu por meio da Portaria Previc 587, de</p>	<p>ATENDIDA – 435ª RCFE em 10/03/2022</p>
----------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------



			<p>27/08/2021, publicada em 31/08/2021. No tocante a migração, os estudos foram elaborados internamente, assim como por Escritório de Advocacia externo e foram trazidos na 450a Reunião do CDE, de 25/10/2021, no âmbito do assunto "Aprovação dos Termos de Migração Individual do Plano BD para o Plano Eletrobrás CD I", assim como na Nota Técnica Operacional em que foi dada ciência ao CDE nesta mesma reunião. Devidamente embasado tecnicamente nos referidos Pareceres específicos, o Conselho Deliberativo aprovou os Termos de Migração Individuais e, entre eles, o Termo de Migração dos Assistidos que possuem Empréstimo Especial Vesting, onde ficou estabelecido que o saldo devedor do referido empréstimo especial será</p>	
--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--



			quitado e não será levado ao Plano Eletrobrás CD I, como outra ação mitigadora do risco levantado pelo Conselho Fiscal, em sua 414a. Reunião. Em face ao exposto, o CDE considerou que as recomendações do CFE foram observadas e atendidas.	
Relatório de Manifestação 2º Sem/2021	X. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade - a. Gestão de Riscos - LGPD	-Recomendação que o DPO, em conjunto com a CSIP, incremente elementos de aprimoramento ao seu plano de trabalho, evidenciando a descrição dos critérios de priorização das ações, bem como estabeleça métricas de medição da evolução dos trabalhos, de forma que toda a estrutura de gestão da Eletros possa efetuar o adequado e tempestivo acompanhamento do processo, de maneira uniforme para todos os usuários da informação.	A Diretoria Executiva da Eletros registrou na ata da 1.169ª reunião do Colegiado a manifestação da Administração quanto à recomendação	ATENDIDA - após conhecimento da ata 1169ª RDEE.
Relatório de Manifestação 2º Sem/2021	X. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade - GESTÃO DE RISCOS	Recomendação que os principais riscos corporativos identificados no âmbito da Entidade - estratégicos, investimentos, operacionais, previdenciários e de conformidade sejam geridos de forma sinérgica e acompanhados por meio de indicadores previamente estabelecidos	Em linha com apresentação realizada para o CFE, em 08.12.2021, o mapeamento dos riscos corporativos da DF e da PR está contemplado no Planejamento Estratégico 2021/2024, e será executado de acordo com o plano	EM ANDAMENTO : Marco de propostas da área em apresentação ao CFE NA 439ª RCFE - 30/03/2022, pela gerente da área de riscos da ELETROS

			<p>de ação estratégico "P6 - Gestão da Qualidade". Os riscos da DB já se encontram mapeados e certificados pela ISO 9.001/15. Adicionalmente e de acordo com o Plano de trabalho do CFE a PRG vem apresentando periodicamente a evolução das atividades desempenhadas pela área, inclusive o reporte do andamento do status do mapeamento na DF.</p>	
<p>Relatório de Manifestação 2º Sem/2021</p>	<p>X. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade b. Controles Internos</p>	<p>Recomendação para que sejam estabelecidos indicadores que permitam avaliar a eficácia dos controles internos, bem como seja estabelecido acompanhamento integrado e periódico das ações para implantar controles que visam minimizar os riscos identificados e priorizados pela administração.</p>	<p>A PRG apresenta os indicadores de qualidade nas reuniões do CFE, até o momento os indicadores da Diretoria de Benefícios Previdenciários enquanto está em andamento o mapeamento dos processos da DF e da PR, e definição de indicadores dos processos das mesmas ("P6 - Gestão da Qualidade").</p>	<p>EM ANDAMENTO : Marco de propostas da área em apresentação ao CFE NA 439ª RCFE – 30/03/2022, pela gerente da área de riscos da ELETROS</p>

XI. Conclusão

Desta forma, tomando em conjunto as informações apresentadas neste Relatório, complementadas pelos materiais basilares apreciados nas reuniões do CFE e dos documentos de referência, citados no item XII, o CFE entende que as informações emitidas da manifestação do primeiro semestre de 2022, os aspectos sobre Riscos, Controles Internos e Conformidade concernentes ao período abrangido, estão substancialmente reportadas, em seus aspectos



relevantes, devendo ser considerada parte do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, contudo não devendo se limitar a estes, sendo certo que a gestão de riscos e controles internos é uma ação contínua com vistas ao seu aprimoramento constante.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições estatutárias e legais, em especial ao que determina a Resolução CGPC nº 13 de 1º de outubro de 2004, para consubstanciar a emissão deste Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal referente ao primeiro semestre do ano de 2022, este Conselho Fiscal valeu-se de informações e evidências para acompanhar as ações da administração e relata que, entre outros, os seguintes aspectos mais relevantes foram foco das reuniões mensais:

1. O processo de migração do Plano BD Eletrobrás, que contou com assessoria técnica e jurídica especializada para suporte das ações internas da Eletros;
2. O processo de migração dos planos CD, CV e BPDS para o Plano CD1 puro Eletrobrás, que contou com assessoria técnica e jurídica especializada para suporte das ações internas da Eletros;
3. O Planejamento Estratégico para o período de 2021 a 2024 - macros ações e cronograma para alcance dos objetivos;
4. A Política de Investimentos;
5. A Execução orçamentária;
6. A certificação dos dirigentes, conselheiros e membros dos comitês de investimento;
7. Os resultados dos Indicadores de Gestão do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

Os relatórios de auditoria interna, auditoria independente e das auditorias internas das patrocinadoras, bem como a implementação das recomendações apresentadas, foram acompanhados pelo colegiado do CFE no período em análise, bem como as ações de auditoria permanente desenvolvidas, no período, pela PREVIC.

Como decorrência, o Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, com base nas verificações e análises efetuadas durante o primeiro semestre de 2022 não teve conhecimento de nenhum fato ou evidência que indique que as informações não estejam em condições de serem tomadas com válidas e utilizadas pelos seus diversos usuários.

Cabe destacar que o processo de Gestão Baseada em Riscos e Controles Internos, tal como sua fiscalização são processos contínuos e deve ser visto como um ciclo virtuoso, uma vez que visa atender aos requisitos de transparência da gestão e sua prestação de contas, permitindo maior grau de monitoramento por todas as partes interessadas. O conjunto das informações apresentadas neste Relatório, complementadas pelos Relatórios referentes ao período, emitido pelos Auditores Independentes da Entidade, bem como os Relatórios Gerenciais das áreas técnicas e da PRG, permite ao CFE entender que as informações sobre Risco, Controles Internos e Conformidade, concernentes ao período abrangido, estão suficientemente abrangidas em seus aspectos relevantes, devendo ser considerada como parte do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, contudo não devendo se limitar a estes, sendo certo que a gestão de riscos e controles internos é uma ação contínua com vistas ao seu constante aprimoramento.



As informações apresentadas neste Relatório, complementadas pelos documentos de referência, os quais devem ser lidos em conjunto, devem ser considerados como parte do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, contudo não devendo se limitar a estes.

Esta manifestação deverá ser levada ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem caberá decidir sobre as providências que, eventualmente, entenda devam ser adotadas. Deverá, ainda, permanecer na Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

XII. Documentos de Referência:

- Legislações e normativos citados.
- Memorando SEG 002/2022
- Memorando DF/DFC 0019/2022
- Memorando DF/DFI 004/2022
- Memorando PR/PRG 006/2022
- Memorando PR/PRJ 019/2022
- Memorando DB/DBA 004/2022
- Memorando DB/DBA 005/2022
- Memorando DB/DBR 002/2022
- Relatório Gerencial de Riscos - 1º Semestre 2022
- Relatório de Aderência às Políticas de Investimento
- Relatório Gerencial das atividades *de Compliance* - 1º semestre 2022
- Relatório de Efetividade da IN 34 - Previc - PLD-FT

XIII. Glossário de Termos:

ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados;

AUD – área de Auditoria Interna;

BACEN – Banco Central do Brasil;

BD ELETROBRÁS – Plano de benefício definido dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS;

CAND – Cadastro Nacional de Dirigentes;

CD ELETROBRÁS – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, composto por Plano CD ELETROBRÁS PURO e Plano CD SALDADO (BPDS);

CEI - Comitê de Investimentos da ELETROS;

CDE – Conselho Deliberativo da ELETROS;

CFE – Conselho Fiscal da ELETROS;

CGC - Comitê Gestor de Carteiras da ELETROS;

CGPC – Conselho de Gestão de Previdência Complementar;

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º e 7º andar

Rio de Janeiro - Brasil - CEP: 20050-092

Tel: (21) 2179 - 4700 - www.ELETROS.com.br

Observação: O documento original assinado está arquivado na Eletros.



CompliAsset – Ferramenta para controle das obrigações legais disponibilizada pela ABRAPP
CV ONS – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
CV EPE – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Empresa de Pesquisa Energética - EPE.
CVM - Comissão de Valores Mobiliários;
DBR - Gerência de Relacionamento e Benefício da ELETROS;
DBA - Gerência Atuarial da ELETROS; DEE – Diretoria Executiva da ELETROS;
DF – Diretoria Financeira;
DOU - Diário Oficial da União;
EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar;
FGE – Fundo Garantidor de Empréstimo;
ICSS - Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social;
INPC - Índice Nacional de Preço ao Consumidor – IBGE
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social;
ISO - International Organization for Standardization, ou Organização Internacional para Padronização;
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (LEI 13709 de 14 de agosto de 2018);
MTP - Ministério Público do Trabalho;
PAAI – Plano Anual de Auditoria Interna da Eletros;
PCLD - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa;
PDCA – “Plan, Do, Check, Act” (planejar, executar, verificar e agir) método de melhoria contínua de processos;
PGA – Plano de Gestão Administrativa;
PLD-FT - Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo;
POPs – Procedimento Operacional Padrão;
Plano CD Puro Consolidado - refere-se ao Plano CD Puro e seus perfis de investimento;
PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar;
PRJ - Gerência Jurídica e Governança da ELETROS;
RACs - Reunião de Análise Crítica;
RAPs - Reunião de Acompanhamento de Processo;
RFB – Receita Federal do Brasil;
SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2022.



Ailton Andrade

Presidente do CFE

Alessandra Lemos

Elizabeth Ribeiro

João Vicente Amato Torres

